



Documento Justificativo Ante-Projecto de Código de Água e Saneamento

WASH Comprehensive
Legal & Institutional
Redrafting of Legislation

Revisão do quadro Jurídico
e Institucional do Sector da Água
e Saneamento

ICA
Ilídio Cruz & Associados
Sociedade de Advogados RL

ecosphere
consultores em ambiente e desenvolvimento, lda.

Documento Justificativo

Ante-Projecto de Código de Água e Saneamento

WASH Comprehensive
Legal & Institutional
Redrafting of Legislation

Revisão do quadro Jurídico
e Institucional do Sector da Água
e Saneamento

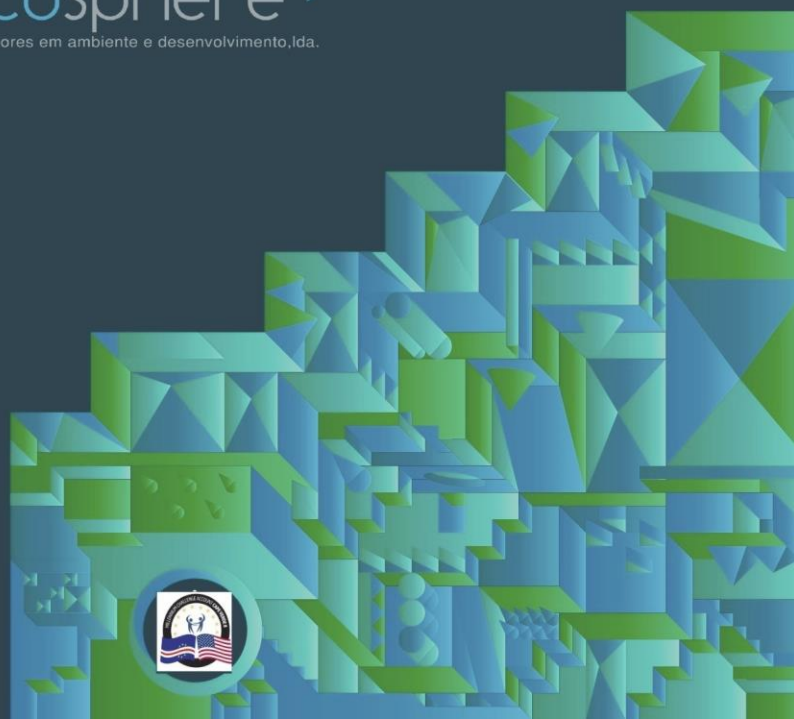
Elaborado pelo Consórcio:

Conjuntomobiliário "As Americas" CP 128-CASA
Praia CABO VERDE
Tel.: [+238] 2613290 Fax: [+238] 2613151

Alameda dos Oceanos, Lote 3.14.04 H – Escritório J
Parque das Nações | 1990-196 Lisboa PORTUGAL
Tel.: [+351] 218 941 107 | Fax: [+351] 218 941 132

ICA
Ilídio Cruz & Associados
Sociedade de Advogados RL

ecosphere
consultores em ambiente e desenvolvimento, lda.





Índice

Lista de Abreviaturas e Acrónimos	5
INTRODUÇÃO.....	6
1 TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	8
1.1 Capítulo I - Objecto e Âmbito	8
1.2 Capítulo II - Definições e Princípios Gerais	9
2 TÍTULO II - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	14
2.1 Capítulo I - Atribuições do Estado	14
2.2 Capítulo II - Atribuições dos Municípios	15
2.3 Capítulo III - Administração dos Recursos Hídricos	17
3 TÍTULO III - TITULARIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS	19
3.1 Capítulo I - Disposições Gerais	19
3.2 Capítulo II - Regime de Terrenos do Domínio Público Hídrico	19
3.3 Capítulo III - Servidões Legais da Água	20
3.4 Capítulo IV - Restrições por Utilidade Pública Hídrica	20
4 TÍTULO IV - ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	21
4.1 Capítulo I - Ordenamento	21
4.2 Capítulo II - Planeamento	21
4.3 Capítulo III - Protecção e Valorização	22
5 TÍTULO V - DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS	23
5.1 Capítulo I - Disposições Gerais	23
5.2 Capítulo II - Usos sujeitos a licença	24
5.3 Capítulo III - Usos sujeitos a concessão	25
5.4 Capítulo IV - Regime dos Títulos dos Direitos de Uso	25
5.5 Capítulo V - Registo dos Recursos Hídricos	26
6 TÍTULO VI - QUALIDADE DA ÁGUA	28
6.1 Capítulo I - Disposições Gerais	28
6.2 Capítulo II - Qualidade da Água Destinada à Produção de Água para Consumo Humano	29
6.3 Capítulo III - Qualidade da Água para Consumo Humano	30
6.4 Capítulo IV - Qualidade da Água para Rega	31
6.5 Capítulo V - Qualidade das Águas Balneares	32
6.6 Capítulo VI - Protecção das Águas contra a Poluição causada por Águas Residuais	32
6.7 Capítulo VI - Protecção das Águas contra a Poluição causada por Nitratos de Origem Agrícola	33
7 TÍTULO VII - INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	35



7.1	Capítulo I - Disposições Gerais	35
7.2	Capítulo II - Do Regime de Propriedade das Infra-estruturas Hidráulicas.....	35
7.3	Capítulo III - Da Execução, Exploração, Conservação e Inutilização de Obras Hidráulicas.....	36
7.4	Capítulo IV - Fiscalização	36
7.5	Capítulo V - Das Expropriações e Restrições por causa de Obras Hidráulicas	37
7.6	Capítulo VI - Infra-estruturas de Saneamento Básico	37
8	TÍTULO VIII - REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS RECURSOS HÍDRICOS	38
8.1	Capítulo I - Disposições Gerais	38
8.2	Capítulo II - Dos Cânones	39
8.3	Capítulo III - Das Taxas	40
8.4	Capítulo IV - Das Tarifas	40
8.5	Capítulo V - Dos Emolumentos	41
8.6	Capítulo VI - Da Cobrança e Pagamento	41
8.7	Capítulo VII - Contratos-Programa	42
9	TÍTULO IX - SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO E RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES	43
9.1	Capítulo I - Sistemas Públicos.....	43
9.2	Capítulo II - Sistemas Prediais	43
9.3	Capítulo III- Relação com os Consumidores.....	44
10	TÍTULO X - FISCALIZAÇÃO, CONTRA-ORDENAÇÕES Hídricas E SANÇÕES.....	45
10.1	Capítulo I - Fiscalização	45
10.2	Capítulo II - Contra-ordenações Hídricas.....	45
10.3	Capítulo III - Processo e Regime Sancionatório	46
ANEXO I	Esquema geral do quadro político, institucional e jurídico	
ANEXO II	Lista dos <i>stakeholders</i> consultados	
ANEXO III	Estrutura do Código da Água e Saneamento	



LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AEB	Águas e Energia da Boavista SA
ANAS	Agência Nacional de Águas e Saneamento
APN	Águas de Ponta Novo
APP	Águas de Ponta Preta SA
ARE	Agência de Regulação Económica
CNAS	Conselho Nacional de Águas e Saneamento
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
CTE	Código Técnico da Edificação
IEC	Informação, Educação e Comunicação
MCA	<i>Millennium Challenge Account</i>
MCC	<i>Millennium Challenge Corporation</i>
PAGIRE	Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PEAS	Plano Estratégico Água e Saneamento - Contract 103/UCPEAS/20
RNA	Registo Nacional de Águas
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro
UCRE	Unidade de Coordenação da Reforma do Estado
UNECE	Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas
WASH	<i>Water, Sanitation and Hygiene</i>

INTRODUÇÃO

A *Revisão do Quadro Jurídico e Institucional do Sector da Água e Saneamento* de Cabo Verde enquadra-se no âmbito da concretização do segundo Compacto do Millennium Challenge Account (MCA-II) acordado entre a República de Cabo Verde e os Estados Unidos da América, através do Millennium Challenge Corporation (MCC). O MCA-II visa contribuir para a redução da pobreza através da redução dos custos para a economia de Cabo Verde da prestação ineficiente de determinados serviços públicos e da remoção das condições institucionais que impedem os investimentos do sector privado tendo, os seguintes focos principais:

- (a) Direitos de Propriedade e Gestão Territorial (*Property Rights and Land Management Project*);
- (b) Água, Saneamento e Higiene WASH (*Water, Sanitation and Hygiene Project*), onde se insere o presente projecto.

O Projecto WASH visa melhorar os serviços de abastecimento de água e de saneamento às famílias e empresas cabo-verdianas, através das seguintes acções:

- (a) Reforma das instituições de implementação de política nacional e regulação do sector;
- (b) Transformação dos provedores de serviços de água e saneamento em entidades autónomas operando numa base comercial;
- (c) Melhoria da qualidade e aumento da área de cobertura das infra-estruturas de água e saneamento.

A *Revisão do Quadro Jurídico e Institucional do Sector da Água e Saneamento* inscreve-se na primeira acção e visa os seguintes objectivos:

1. Revisão e actualização dos anteprojectos de legislação nacional anteriormente elaborados, de modo a reflectirem as propostas da reforma institucional em curso;
2. Identificação de normas, standards, códigos e outra legislação relativa à regulação do sector da Água e Saneamento que careçam de revisão ou redacção, a elaborar posteriormente, de acordo com as melhores práticas internacionais;
3. Actualização dos anteprojectos de legislação nacional, de modo a sanar os problemas identificados.

Neste quadro procedeu-se à revisão do Ante-projecto de Código da Água elaborado em 2004 (no âmbito do Contrato N.º 103/UCPEAS/2004) tendo por base:

1. Análise do quadro político, institucional e jurídico do sector da água e do saneamento em vigor em Cabo Verde, de que resultou um quadro geral (conforme *Anexo I*);
2. Elaboração de um *Gap analysis* com identificação das principais lacunas, sobreposições e contradições tendo presente as necessidades actuais e futuras do sector e as melhores práticas internacionais neste domínio (para mais informação consultar *Relatório Intercalar*- versão final de 16 de Agosto de 2013);
3. Consulta dos principais *stakeholders* e recolha de opiniões (1ª ronda de contactos em Março de 2013 a que se seguiu nova ronda em Abril e Maio tendo sido submetidos para comentários o esquema geral do quadro jurídico e institucional do sector, bem como o quadro do *gap analysis*, conforme *Anexo II*).



A redacção do Novo Código de Água e Saneamento visa criar um regime jurídico disciplinador do sector coerente e claro, de fácil consulta e aplicação por parte dos utilizadores, complementado por um enquadramento institucional com completa separação de funções com a recente criação da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e do Conselho Nacional da Água e Saneamento (CNAS).

A redacção normativa que culminou com a proposta de Código da Água e do Saneamento teve por base a nova estrutura proposta pelos Consultores e validada pelo MCA em Agosto de 2013 (conforme Anexo III).

No presente documento justificam-se as opções tomada na revisão e actualização do Ante-projecto e na elaboração de um novo Código da Água e do Saneamento pelo que se recomenda que os dois documentos sejam lidos em conjunto.

Na leitura do Código de Água e Saneamento devem ter-se presentes as seguintes notas

A informação que se propõe acrescentar (novo articulado ou emenda do articulado existente) é assinalada a itálico;

A informação que se propõe suprimir é assinalada ~~com um riscão~~;

Todas as alterações propostas são justificadas no presente documento.

Assinalado a cinzento todas as referências (designadamente prazos, definição dos aglomerados, etc) que devem ser discutidos no workshop e devidamente adaptados ao contexto nacional.

subjacentes à redacção normativa levada a cabo pelos Consultores:

As informações recolhidas durante o workshop e comentários que vierem a ser disponibilizados durante esse período aos Consultores serão tidas em consideração na redacção da versão final do Ante-projecto de Código de Água e Saneamento que será acompanhado da informação necessária para a sua submissão a Conselho de Ministros¹, designadamente de uma Nota Justificativa de que constem, discriminadamente, em todos os casos, os seguintes elementos obrigatórios:

- (a) Síntese do conteúdo do projecto;
- (b) Identificação expressa da legislação a alterar ou a revogar e eventualmente legislação complementar;
- (c) Referência à participação ou audição de entidades, nomeadamente aquelas cujo parecer prévio seja legalmente exigido, com indicação prévia do respectivo conteúdo.

¹ Aprovado pelo Regimento 1/2011 de 27 de Junho na ultima redacção dada pelo Regimento 2/2011 de 5 de Dezembro.

1 TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

A revisão do Código teve subjacente a visão integrada da gestão da água e do saneamento materializada na recente aprovação pelo Parlamento, sob proposta do Governo, da criação da ANAS² e do CNAS³, as duas grandes instituições responsáveis, a nível nacional e estratégico, pela gestão integrada e sustentável da água e do saneamento em Cabo-Verde, sem prejuízo das competências a nível local dos Municípios, antes pressupondo uma estreita articulação entre as entidades nacionais e locais. O Título passou assim a ser Código da Água e Saneamento.

O Título I foi revisto de acordo com as melhores práticas internacionais que ditam que as disposições gerais de um instrumento quadro devem incluir matéria referente a: objectivos, âmbito, princípios e definições. Assim o Título I passou a ser composto por dois capítulos cujo âmbito se descreve abaixo, tendo a matéria referente às atribuições do Estado e dos Municípios (Capítulos III e IV do Ante-projecto) passado a integrar um Título autónomo.

1.1 CAPITULO I - OBJECTO E ÂMBITO

Neste Capítulo define-se no Artigo 1º o **objecto** do novo regime jurídico, que passa a cobrir os recursos hídricos, visando a sua gestão sustentável e integrada e os sistemas públicos e prediais de abastecimento e saneamento.

O Artigo 2º define o **âmbito** do Código tendo-se mantido a formulação do Ante-projecto que inclui *todos os recurso hídricos existentes no solo, subsolo e atmosfera, incluindo as águas interiores de superfície e subterrâneas e a água produzida por dessalinização* e exclui *águas marítimas interiores, às águas arquipelágicas e o mar territorial*.

A definição de **recurso hídrico** constante do Artigo 3º do Ante-projecto está em conformidade com o disposto no Artigo 1º do Código da Água em vigor⁴ sugerindo-se que a formulação proposta se mantenha mas passe, em linha com a nova sistemática do Código, a integrar a lista de definições constantes do Capítulo II.

Por razões de melhor ordenação sistemática sugere-se que a disposição geral sobre responsabilidade constante do artigo 4º do Ante-projecto passe a constar do Capítulo II referente aos Princípios Gerais.

² Lei n.º 46/VIII/2013 de 17 de Setembro.

³ Lei 45/VIII/2013, de 17 de Setembro.

⁴ Aprovado pela Lei 41/II/84 de 18 de Junho com a redacção dada pelo Decreto-Lei 131/92 de 23 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo 5/99, de 13 de Dezembro.

1.2 CAPITULO II - DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS CERAIS

No Capitulo II passaram a incluir-se as definições relevantes para efeitos de implementação do novo Código bem como os princípios que devem estar subjacentes à gestão dos recursos hídricos e ao saneamento.

No Artigo 3º incluiram-se as seguintes novas definições (por ordem alfabética):

- *Agência Nacional de Água e Saneamento* (ANAS) ao abrigo da Lei n.º 46/VIII/2013 de 17 de Setembro;
- *Águas destinadas ao consumo humano* cuja definição constava do Capitulo III do Título VI do Ante-projecto - Qualidade da Água Para Consumo Humano. Por razões de melhor ordenação sistemática e uma vez que o conceito é usado noutras disposições para além das daquele Título, entende-se que a mesma deve constar do elenco geral de definições. A definição está de acordo com as melhores práticas internacionais sendo as referências à água utilizada para a produção de gelo e ao parecer da autoridade alimentar específicas de Cabo Verde.
- *Águas atmosféricas* conceito usado no Artigo 17º do Ante-projecto e que foi definido de acordo com referência científica internacional;
- *Águas subterrâneas* definidas de acordo com as melhores práticas internacionais cujo regime de qualidade constava do Artigo 172º do Ante-projecto que não definia o conceito;
- *Águas superficiais* definidas de acordo com as melhores práticas internacionais cujo regime de qualidade constava do Artigo 171º do Ante-projecto que não definia o conceito;
- *Conselho Nacional da Água e Saneamento* ao abrigo da Lei 45/VIII/2013 de 17 de Setembro;
- *Dessanilização* conceito usado no Ante-projecto cuja definição é necessária tendo sido formulada de acordo com o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PENAS);
- *Eutrofização* conceito definido de acordo com o disposto no DL 235/97 de 3 de Setembro que em Portugal aprova o regime de protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola que passam a ser reguladas no novo capítulo VII do Título VI;
- *Impacte significativo sobre o estado dos recursos hídricos*, conceito usado em sede de usos dos recursos hídricos e cuja definição está em linha com o disposto na Lei da Água de Portugal⁵;
- *Lama* conceito cuja definição passa a ser necessária com a inclusão do regime jurídico geral de utilização agrícola de lamas de depuração, que serão objecto de regulamentação específica, e que foi definido de acordo com o PENAS;
- *Usos dos recursos hídricos* conceito definido de acordo com a Lei da Água de Portugal e que visa clarificar o âmbito do Título V.
- *Valorização agrícola de lamas de depuração* matéria que passou a ser objecto de regulamentação propondo-se a definição do conceito de acordo com o regime

⁵ Lei 58/2005 de 29 de Dezembro (Artigo 4º, alínea dd)).

de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas de Portugal⁶;

- *Zona vulnerável* conceito que passou a ser usado com a introdução do regime de protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola (Capítulo VII do Título VI) e que foi definido de acordo com o regime português⁷.

Foram revistas as definições dos seguintes conceitos (por ordem alfabética):

- Agência Reguladora foi substituída por *Agência de Regulação Económica* ao abrigo do Decreto-lei 26/2003 de 25 de Agosto, alterado pelo Decreto-lei 32/2006 de 19 de Junho;
- *Circunscrição geográfica* que passou a incluir a definição de bacia hidrográfica em linha com a definição da Lei da Água de Portugal⁸ e devidamente ajustada à realizada nacional;
- *Contrato tipo de fornecimento*, embora o conceito esteja associado no Anteprojecto à figura de "consumidor cativo", que foi suprimida, por parecer incompatível com a liberdade de escolha do consumidor, optou-se por reformular e manter esta definição passando a significar um acordo definindo direitos e obrigações recíprocos do distribuidor e do consumidor relativamente às condições de fornecimento e uso do serviço de água e de saneamento, previamente aprovado pela ARE. A intervenção da ARE justifica-se pelo facto de se tratar de serviços essenciais normalmente prestados em regime de monopólio, cujas cláusulas de adesão do consumidor entende-se que devem ser previamente fiscalizadas por esta instituição;
- *Consumidor* - entende-se que Consumidor é o estatuto que assume o cidadão a partir do momento em que estabelece uma relação de prestação de serviço com o operador. O termo consumidor, nesse sentido, tem respaldo no Artigo 81º da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) que passou a ser toda aquela a quem é fornecida água ou prestado serviço de saneamento em vez da entidade que recebe água e ou serviço de saneamento;
- *Planos* - foram definidos os planos identificados como instrumentos de planeamento no Capítulo II do Título IV.
- *Tarifa* - atendendo a incumbência dada aos municípios de, independentemente de qualquer concessão, estabelecer e gerir, directamente através de serviços municipais, de serviços municipais autónomos, de empresa pública municipal ou multimunicipal, os sistemas de abastecimento público de água nos respectivos territórios, devendo ser cobradas tarifas pela prestação de tais serviços, deixa de fazer sentido definir tarifa como o preço cobrado "pelos concessionários ou licenciados" como era proposto no Anteprojecto. Assim tarifa passa a ser o preço da prestação de serviços de abastecimento e saneamento a cobrar pelas entidades públicas, privadas ou mistas, que prestam esses serviços públicos, independentemente do título autorizante.

⁶ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de Outubro ((Artigo 3 q)).

⁷ Decreto-Lei 235/97, de 3 de Setembro na redacção dada pelo Decreto-lei 68/99 de 11 de Março (Artigo 2º alínea l)).

⁸ Lei 58/2005 de 29 de Dezembro (Artigo 4º, alínea m)).

Foram suprimidas as seguintes definições (por ordem alfabética):

- *Consumidor cativo* - definido no Ante-projecto como "consumidor final que só pode solicitar serviços de um distribuidor" optou-se por suprimir esse definição por parecer atentar contra a liberdade de escolha do consumidor num contexto em que tais serviços estejam a ser prestados em regime de concorrência;
- *Efluentes líquidos* - eram no Ante-projecto definidos como "igual a águas residuais"; sendo os conceitos sinónimos e uma vez que em várias disposições é referido "efluentes líquidos ou águas residuais" optou-se, por uma questão de clareza e em linha com as melhores práticas internacionais, por substituir "efluentes líquidos" por "águas residuais" em todo o diploma;
- *Utente*- considerando o conceito de consumir definido no n.º 24 e justificado acima, optou-se assim por suprimir a definição de "Utente", que na versão inicial era definido como "cliente e/ou consumidor", que foi substituída em todo o Código por "Consumidor".

No que respeita aos princípios enunciados no Artigo 5º a 14º do Ante-projecto procedeu-se à sua revisão à luz dos mais modernos princípios de Direito Internacional do Ambiente, dos desenvolvimentos ocorridos nos últimos nove anos desde a elaboração do Ante-projecto e dos novos compromissos internacionais assumidos pelo Estado de Cabo Verde.

No novo Artigo 4º e sem prejuízo dos princípios gerais consagrados na Lei de Bases da Política de Ambiente⁹, passaram a elencar-se os seguintes princípios:

- **Princípio do valor social da água**, à luz do direito de acesso universal à água consagrado na Resolução A/HR/15/L.14 adoptada em 30 de Setembro de 2010 por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU e que consagra os direitos universais à água e saneamento¹⁰ bem como do Protocolo de Água e Saúde à Convenção de 1992 sobre a Protecção e Uso das Águas e lagos internacionais da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (Protocolo UNECE)¹¹;
- **Princípio do valor económico da água**, que visa uma utilização economicamente eficiente da água e a recuperação dos custos dos serviços de abastecimento e saneamento tendo por base os princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador à luz do princípio 16 da Declaração do Rio de 1992 e das melhores práticas internacionais (designadamente Artigo 3º alínea c) da Lei da Água de Portugal);
- **Princípio da participação paritária na gestão dos recursos hídricos** que constava de forma genérica do Artigo 13º do Ante-projecto e que, com base na importância do equilíbrio de género atento à filosofia do MCA e à política do Governo, foi revisto e consagrado em sede de princípios gerais;

⁹ Aprovada pela Lei 86/IV/93 de 26 de Julho.

¹⁰ http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/15/L.14

¹¹ Apesar de se tratar de um instrumento regional (aplicável à UNECE), este instrumento constitui uma referencia internacional especialmente em países onde os objectivos de qualidade da água e saneamento estão por cumprir.

http://www.unece.org/env/water/pwh_text/text_protocol.html

- **Princípio da precaução**, com base no Princípio 15 da Declaração do Rio de 1992¹²;
- **Princípio da prevenção**, com base no Princípio 2 e 17 da Declaração do Rio de 1992¹³;
- **Princípio do planeamento e da gestão integrada**, que constava do Artigo 9º do Ante-projecto e foi reformulado com base no PENAS;
- **Princípio da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos e dos ecossistemas**, com base nos Princípios 1 e 3 da Declaração do Rio de 1992¹⁴ e das melhores práticas internacionais (designadamente Artigo 3º alínea d) da Lei da Água de Portugal);
- **Princípio da correcção, prioritariamente na fonte**, com base nas melhores práticas internacionais¹⁵;

A definição da unidade de gestão, prevista no Artigo 10º do Ante-projecto, passa a constar dos princípios gerais do Código. Assim no Artigo 4º n.º 2 passou a consagrar-se que a circunscrição geográfica é a unidade principal de planeamento e gestão dos recursos hídricos, tendo por base a bacia hidrográfica em linha com o disposto no Artigo 12º da Lei de Bases da Política de Ambiente "*a bacia hidrográfica é a unidade de gestão dos recursos hídricos, a qual deverá ter em conta as suas implicações sócio-económicas e culturais*".

Na revisão do Ante-projecto optou-se por retirar as obrigações abaixo elencadas relativas à gestão dos recursos hídricos pela seguintes razões:

- Benefício da colectividade - passou a constar do artigo que elenca os princípios gerais, designadamente o princípio do valor social da água;
- Uso múltiplo - passou a constar especificamente do novo Título V (Dos Usos dos Recursos Hídricos);
- Uso integrado - passou a constar genericamente do elenco de princípios e especificamente do novo Título V (Dos Usos dos Recursos Hídricos);
- Planeamento - passou a constar genericamente do elenco de princípios sendo-lhe consagrado um novo Título IV (Ordenamento e Planeamento dos Recursos Hídricos);
- Unidade de gestão - trata-se de um princípio geral de planeamento e gestão pelo que passou a estar consagrado no Artigo que estabelece os princípios;
- Protecção e prevenção - passou a constar do artigo que elenca os princípios gerais.
- Participação - passou a constar do artigo que elenca os princípios gerais, designadamente o princípio da participação paritária na gestão dos recursos hídricos.

A hierarquia dos usos, por se tratar de uma norma operacional e não de um princípio geral de gestão dos recursos hídricos passou, à semelhança das melhores práticas internacionais, a ser tratada no Título V- Dos Usos dos Recursos Hídricos.

¹² <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>

¹³ *Idem*

¹⁴ *Idem*

¹⁵ Designadamente Artigo 3º alínea g) da Lei da Água de Portugal.



No que respeita à obrigação geral de investigação, informação e formação consagrada no Artigo 12º do Ante-projecto foi autonomizada a componente de informação que pela sua importância passou a constituir uma obrigação autónoma - Informação, Educação e Comunicação (IEC) - com vista à promoção de comportamento ambientalmente sustentável em relação a água e ao saneamento.

As disposições sobre Responsabilidade disciplinar, civil, contra-ordenacional e criminal e incentivos pela sua importância a transversalidade a todo o Código foram mantidas no Título I das Disposições Gerais.

2 TÍTULO II - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Recomenda-se que as disposições sobre competências e atribuições da administração central e local sejam tratadas todas num único título relativo ao enquadramento institucional fundindo-se assim os Capítulos III e IV do Título I do PEAS com o seu Título XI e consagrando-se um novo Título II intitulado Enquadramento Institucional.

Propõe-se que o novo Título II distinga as competência da Administração Central e da Administração Local e defina as bases gerais da organização da administração de recursos hídricos, sendo composto pelos seguintes capítulos:

- Capítulo I: Atribuições do Estado;
- Capítulo II: Atribuições dos Municípios;
- Capítulo III: Administração dos Recursos Hídricos.

2.1 CAPÍTULO I - ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

As atribuições do Estado foram revistas à luz do Artigo 91º n.º 7 alínea a) da CRCV que considera os recursos hídricos bens do domínio público do Estado.

O Artigo 15º do Ante-projecto que consagrava a incumbência do Estado em matéria de planeamento dos recursos hídricos foi revisto tendo presente a consagração de um novo Título IV ao Ordenamento e Planeamento dos Recursos Hídricos. Assim passaram a consagrar-se duas atribuições distintas e complementares:

- Gestão integrada e sustentada (Artigo 9º) com vista à prossecução das atividades necessárias à aplicação do presente Código e sua legislação complementar;
- Ordenamento e planeamento (Artigo 10º) com base em instrumentos de planeamento tendo por base a participação dos municípios e dos cidadãos como um todo e não apenas dos utentes (na linguagem do Ante-projecto) ou dos consumidores (na linguagem actual) por se entender, como se referiu acima, que Consumidor é o estatuto que assume o cidadão a partir do momento em que estabelece uma relação de prestação de serviço com o operador e advogando-se uma participação mais abrangente de todos os cidadãos na elaboração e aprovação dos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

No que respeita à protecção dos recursos hídricos é revisto o nº 2 do Artigo 19 do Ante-projecto consagrando-se que na prossecução das suas atribuições nessa matéria o Estado beneficiará da colaboração de outras entidades públicas, dos cidadãos e dos municípios.

O Artigo 20º do Ante-projecto é revisto em linha com o novo Artigo 6º que estabelece as obrigações de IEC com vista à promoção de comportamento ambientalmente sustentável em relação a água e ao saneamento.

As atribuições do Estado em matéria de regulação foram revistas no novo Artigo 16º tendo por base os considerandos acima sobre águas residuais e consumidores. No mesmo artigo e no seguinte foi consagrando que o abastecimento público e o regime económico e financeiro devem basear-se no princípio do valor social da água.



A regulação do registo de recursos hídricos deve operacionalizar o Registo Nacional de Água (RNA) criado pelo Decreto-Lei 84/87 de 8 de Agosto com o "fim dar publicidade aos direitos de uso dos recursos hídricos e outros factos que com eles directamente se relacionam". A falta de operacionalização do RNA tem constituído um grande obstáculo à gestão racional e sustentável dos recursos hídricos. Ao contrário do que era proposto no projecto de Decreto Regulamentar sobre Registo dos Recursos Hídricos, entende-se que o registo deve ser feito pela ANAS e não nas conservatórias. No Artigo 23º do Ante-projecto especifica-se que é obrigação do Estado organizar "e manter" o registo nacional dos recursos hídricos. No novo Capítulo V do Título V esta competência é atribuída à ANAS.

As medidas a adoptar em situações de crise ou emergência hídrica passaram a constar do Capítulo III do Título IV - Ordenamento e Planeamento dos Recursos Hídricos.

Na definição das atribuições do Estado em matéria de assistência técnica (Artigo 24º do Ante-projecto) foi suprimida a expressão "recursos hídricos" uma vez que a mesma já consta da definição de "consumidores" como "aquele a quem é fornecida água e ou prestado serviço de saneamento" no âmbito do Código.

No que respeita ao sistema de incentivos (previsto no Artigo 27º do Ante-projecto) e tendo por base as atribuições do Estado em matéria de "prospecção, a captação e a exploração de águas superficiais, subterrâneas ou atmosféricas" foi revisto o n.º 3 que passa a consagrar a possibilidade de comparticipação pelo Estado no financiamento dessas obras.

2.2 CAPÍTULO II - ATRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS

As atribuições dos municípios foram revistas à luz da CRCV com vista a compatibilizar as atribuições do Estado de garantir a todos o acesso à água e ao saneamento, bem como a qualidade e regularidade da sua prestação, a proteção dos recursos naturais e a dominialidade pública dos recursos hídricos, previstos na CRCV, com o princípio da descentralização administrativa da gestão dos serviços de água e saneamento, previstos nos Estatutos dos Municípios, bem como com o quadro jurídico de descentralização aprovada pela Lei n.º 69/VII/2010, de 16 de Agosto.

Na revisão deste capítulo teve-se ainda presente o disposto no recentemente aprovado Decreto-Lei 30/2013 de 12 de Setembro, que procede à regulação da transferência das infraestruturas de saneamento ambiental construídas pelo Estado para o domínio público municipal, e à fixação do regime de exploração e gestão das infraestruturas de saneamento ambiental transferidos pelo Governo aos municípios, ou às associações de municípios com jurisdição na área onde aquelas se situam, reforçando a acção de política local de proximidade, assente numa efectiva descentralização de competências para os municípios.

Assim nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 30/2013 de 12 de Setembro, a exploração e gestão das infraestruturas de saneamento ambiental municipais pode ser directamente efectuada pelo respetivo município, através de serviços municipais, de serviços municipais autónomos ou de uma empresa municipal. Da mesma forma a

exploração e gestão das infraestruturas de saneamento *multimunicipal* pode ser diretamente efectuada pelos respectivos municípios associados através de serviços intermunicipais autónomos e de empresa pública intermunicipal.

Nestes termos procedeu-se à dos artigos 28º e 29º do Ante-projecto entendendo-se que fica clarificado o poder dos Municípios de independentemente de qualquer licença ou concessão estabelecer e gerir directamente, ou através de empresas municipais ou intermunicipais, os sistemas de abastecimento público de água, bem como de saneamento, excepto quando tais serviços estejam a ser prestados por outras empresas, publicas, privadas ou mistas, no âmbito de contratos de concessão outorgada pelo Estado.

É proposta a introdução de um novo Artigo 25º sobre Infra-estruturas de saneamento ambiental com vista a promover a protecção das camadas sociais mais desfavorecidas, desde logo das mulheres chefes de família, que tendem a viver em aglomerações sem a mínimas condições de saneamento ambientais, afetando a equidade e igualdade de género no acesso a água e saneamento.

Foram clarificadas as atribuições dos municípios em matéria de:

- Qualidade da água (previsto no Artigo 26º do Ante-projecto) uma vez que tanto a ANAS como os Ministério responsáveis pela Saúde, Ambiente e Agricultura têm competências nesta matéria;
- Protecção dos recursos hídricos (previsto no Artigo 27º do Ante-projecto) uma vez que devem levar a cabo as respectivas medidas em colaboração com o Estado ao abrigo do disposto no Capítulo precedente;
- Poderes regulamentares (previstos no Artigo 35º do Ante-projecto) uma vez que o disposto no seu número 1 dispensa o numero 2 cuja supressão se propõe.

No Artigo 33º propõe-se a futura adopção do regime jurídico dos serviços municipais de água tendo presente que apesar do Decreto-lei n.º 13/2013 de 12 de Setembro, no seu Capítulo II, dispor sobre o regime de exploração e gestão das infraestruturas de saneamento ambiental por parte dos municípios, tal é considerado um regime ténue, elaborado no contexto de transferência para os municípios dessas infra-estruturas e que carece de desenvolvimento em diploma específico.

Do mesmo modo se propõe a futura aprovação do regime jurídico geral do sector empresarial local dado que Lei n.º 47/VII/2009, de 7 de Dezembro, prevê, no seu Artigo 54º número 3 a existência desse regime que, até à data, ainda não foi ainda aprovado.

Finalmente propõe-se um novo Artigo 34º sobre parcerias entre o Estado e os Municípios o qual já é em parte consubstanciado no Decreto-lei n.º 13/2013 que se entende dever ser aprofundada, sobretudo tendo em conta os grandes investimentos para o sector que continuarão a caber ao Estado mobilizar.

Dessa forma o Código acolhe preocupações manifestadas pelo MCA no sentido de este prever um regime de serviços de água e saneamentos e de parcerias entre os Estado e os municípios nessa mesma matéria a ser desenvolvido - e só podendo ser - em diploma específico.



2.3 CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Esta matéria constava do Título XI do Ante-projecto tendo sido revista e enquadrada no novo Título II.

Neste Capítulo definem-se os grandes princípios da governação dos recursos hídricos do país deixando que o Governo, no âmbito da sua competência constitucionalmente reservada, estabeleça em cada momento a orgânica concreta da Administração dos Recursos Hídricos em respeito dos princípios contidos neste diploma. Os consultores mantêm assim a opção adotada no PEAS que a todos os títulos parece a mais acertada, evitando-se uma rápida desatualização do Código pela sucessivas alterações nas orgânicas das instituições que integram ou venham a integrar o sistema de administração da água e do saneamento. Assim sendo nas disposições subsequentes não se referirá expressamente aos actuais órgãos de administração dos Recursos Hídricos mas sim às suas atribuições a nível central ou local, tal como definidas no Artigo 314º do Ante-projecto. Neste contexto o que interessará aferir é se a ANAS, o CNAS, a ARE e mesmo o Ministério da tutela preenchem os requisitos previstos no Código a nível central, e na realidade preenchem.

No Artigo 312º do Ante-projecto passou a incluir-se uma referência à equidade de género com vista a assegurar a participação das mulheres e das camadas mais desfavorecidas não apenas no acesso aos recursos hídricos mas também no processo da sua organização e gestão (preocupação expressa em todos os documentos de política sobre a matéria).

No que respeita aos níveis de administração e gestão foi mantida a formulação constante do Artigo 313º do Ante-projecto que está em linha com o Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE) e com o PENAS.

No que respeita à identificação dos órgãos responsáveis pela administração dos recursos hídricos a nível central e local manteve-se o disposto no Artigo 314º do Ante-projecto referindo-se à natureza dos órgãos e não à sua designação em concreto, em linha com o supra referido.

Mantem-se assim no Artigo 315º a opção de deixar que o Governo no âmbito da sua competência constitucionalmente reservada estabeleça em cada momento a orgânica concreta da Administração dos Recursos Hídricos, posto que respeite os princípios contidos no Código.

A intervenção do Governo no domínio da água e saneamento através de um Conselho de Ministros especializado depende da existência desse órgão na orgânica do Governo, daí se ter introduzido a expressão "*se houver*" no texto do Artigo 319º. No que respeita à entidade reguladora foi revisto o Artigo 46º do Ante-projecto tendo presente a necessidade de harmonizar o disposto no Código de Água e Saneamento com a reforma institucional havida de que resultou a recente criação da ANAS com funções de regulação técnica e da ARE com funções de regulação económica.

Na revisão da entidade gestora do sistema nacional de recursos hídricos (previsto no Artigo 322º do Ante-projecto) passou a omitir-se a exigência de maioria de capital público, por parecer contrariar não apenas a realidade (várias empresas concessionárias



serem totalmente privadas - AEB, APP e APN - como a própria Electra a todo o momento reprivatizável, como ainda os estudos que apontam para a empresarialização e forte participação do sector privado no sector).

Na revisão das normas relativas à administração local foi feita menção expressa aos Planos Directores, em linha com o disposto no PEAS, e foi alterado o Artigo 325º do Ante-projecto em consonância com as alterações produzidas no seu Artigo 322º e justificadas acima.

3 TÍTULO III - TITULARIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Título III resulta da fusão, por razões de sistemática, do Título II, sobre a "titularidade do domínio hídrico", com o Título V sobre as "servidões legais de águas e restrições por utilidade pública hídrica" ambos do Ante- projecto.

O Título II passa a designar-se, mais apropriadamente, de "Titularidade dos recursos hídricos" em vez de "Titularidade de domínio hídrico", como o era no Ante-projecto e 42 artigos distribuídos por 6 Capítulos. Para além da sistematização e da adequação de remissões para o Código Civil, tendo em conta as revisões entretanto ocorridas neste Código, não se alterou o sistema de normas vazado no Ante-projecto pelo consultor do PEAS por se entender que se trata de normas com grande estabilidade normativa, não carecendo assim de atualização. Trata-se com efeito, como será reafirmado na proposta de autorização legislativa a ser presente à Assembleia Nacional, de dar continuidade no Código a princípios fundamentais, reafirmando-se expressamente o princípio da dominialidade pública dos recursos hídricos e os que dele decorrem, mantendo ao mesmo passo e trazendo para o Código as soluções substantivas constantes dos textos legais, porém dispersos, atualmente em vigor (de 1987 e 1999).

3.1 CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Reafirma-se neste Capítulo o princípio, radicado na CRCV, de que todos os recursos hídricos pertencem ao domínio público do Estado e como colorário também as obras hidráulicas realizadas por pessoas colectivas de direito público, as destinadas a uso público ou a fins de utilidade pública e bem assim as obras hidráulicas, as instalações e demais bens imóveis afectos a concessões de gestão de recursos hídricos.

Fica expresso, designadamente, que o direito de propriedade ou outro sobre terrenos não confere qualquer direito real sobre recursos hídricos neles existentes e ainda que os recursos hídricos, as obras hidráulicas e demais bens do domínio público hídrico são inalienáveis, imprescritíveis, impenhoráveis e insusceptíveis de oneração pelos modos de direito privado.

Considera-se por outro lado que são de propriedade privada as obras hidráulicas de interesse particular destinadas a uso privativo singular ou colectivo do domínio hídrico e realizadas por entidades privadas em terreno próprio ou em terreno alheio com autorização do proprietário ou equiparado, ainda que os respectivos encargos sejam comparticipados ou subsidiados por pessoas colectivas de direito público.

3.2 CAPÍTULO II - REGIME DE TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO

Este capítulo sujeita ao regime do Código todos os leitos das correntes de água e lagoas, bem como as respectivas margens e zonas adjacentes, salvo o que estiver ou venha a



estar regulado por legislação especial. Considera do domínio público do Estado os leitos e, bem assim, as margens que ocupem terrenos públicos ao passo que as margens que ocupem terrenos de particulares são consideradas de propriedade privada, porém sujeitos a servidões administrativas,

Entre outras matérias importantes aqui reguladas destaca-se a atribuição de direito de preferência ao Estado em caso de alienação, voluntária ou forçada, por acto entre vivos, de quaisquer parcelas privadas de margens.

O Estado pode também proceder, nos termos da lei geral, a expropriação por utilidade pública de quaisquer parcelas privadas de margens sempre que isso se mostre necessário para submeter ao regime da dominialidade pública todas as parcelas privadas existentes em certa zona, passando os terrenos assim adquiridos pelo Estado a estar automaticamente integrados no seu domínio público.

3.3 CAPÍTULO III - SERVIDÕES LEGAIS DA ÁGUA

O Capítulo III estabelece um regime de servidões de águas para o exercício dos direitos hídricos derivados de uma licença ou concessão, para a realização de obras hidráulicas e para outros fins de utilidade pública relacionados com a exploração e gestão de recursos hídricos. Determina as suas espécies e formas de constituição e a inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade das mesmas, garantindo designadamente a justa indemnização aos proprietários dos prédios servientes. Trata-se como se disse acima de matéria de grande estabilidade normativa tratada também do Código Civil e como corolário do facto dos recursos hídricos fazerem parte do domínio público do Estado, não sendo expectável revisões neste particular.

3.4 CAPÍTULO IV - RESTRIÇÕES POR UTILIDADE PÚBLICA HÍDRICA

Neste Capítulo, dotado de um único artigo, prevê-se que , para fins de utilidade pública hídrica podem ser estabelecidas, por lei ou regulamento, restrições ao direito de propriedade ou a outros direitos reais.

4 TÍTULO IV - ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Plano Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE)¹⁶ recomenda na revisão do quadro jurídico o estabelecimento de uma ligação estreita entre a água e o ordenamento do território através da integração de todos os aspectos da água e do ambiente e os aspectos sócio-económicos nos Esquemas de Ordenamento do Território, à escala local e regional considerando os impactes da urbanização sobre os recursos hídricos, designadamente devido a: i) proliferação de construções clandestinas insalubres, com eliminação dos excrementos e das águas usadas na natureza; ii) ocupação do leito das ribeiras com construções clandestinas, em sítios não ordenados, ocasionando frequentes inundações, insegurança nas habitações e perturbação no escoamento das águas pluviais proliferação de depósitos de lixo nos espaços verdes, leito e margens das ribeiras. No mesmo sentido o Plano de Acção Nacional para o Ambiente 2004-2014 (PANA II)¹⁷ recomenda que a gestão global dos recursos hídricos e no quadro do ordenamento do território.

O PENAS também refere a necessidade de articular os projectos de redes (de abastecimento e de saneamento) com os instrumentos de ordenamento do território.

Neste contexto e à luz das melhores práticas internacionais, propõe-se a introdução de um novo Título IV sobre ordenamento e planeamento dos recursos hídricos.

4.1 CAPÍTULO I - ORDENAMENTO

É estabelecido o princípio geral de compatibilização entre os usos de forma a assegurar uma utilização sustentável dos recursos O Estado é o garante dessa compatibilização a quem compete igualmente assegurar a protecção de pessoas e bens contra fenómenos associados a esses recursos.

É estabelecida a obrigação do ordenamento dos recursos hídricos respeitar os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, designadamente a Directiva Nacional de Ordenamento do Território¹⁸ e o Esquema Regional de Ordenamento do Território.

4.2 CAPÍTULO II - PLANEAMENTO

¹⁶ Aprovado pela Resolução n.º 66/2010, de 24 de Novembro.

¹⁷ Aprovado pela Resolução n.º 14/2005, de 25 de Abril

¹⁸ Aprovada pela Lei n.º 28/VIII/2013, de 10 de Abril.



No que respeita ao planeamento dos recursos hídricos foi revisto o Artigo 9º do Ante-projecto que passou a incluir um número 1 com a definição dos objectivos do planeamento e um número 2 com o seu conteúdo.

São identificados os seguintes instrumentos de planeamento dos recursos hídricos em linha com as políticas e estratégias nacionais relevantes do sector da água e saneamento, cujos conteúdos e formas de adopção se definem:

- PAGIRE, entende-se que em tudo o que se refere aos serviços de abastecimento e saneamento público, o PAGIRE deve remeter para o PENAS, tanto nas metas a atingir na qualidade de prestação do serviço, como na cobertura territorial do mesmo e infraestruturas a construir ou melhorar para tal fim;
- Planos Directores de Abastecimento de Água e Saneamento, definidos de acordo com o PENAS.

4.3 CAPÍTULO III - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO

Em linha com as melhores práticas internacionais é proposto um Capítulo sobre protecção e valorização dos recursos hídricos que identifica: os objectivos das medidas a adoptar e que devem ser objecto de regulamentação específica; a utilização das zonas vulneráveis.

Neste capítulo passaram a elencar-se as medidas que podem ser impostas caso seja declarada uma situação de crise ou emergência hídrica que constavam do Artigo 26º do Ante-projecto.

5 TÍTULO V - DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS

Este Título sofreu uma reforma profunda em termos de sistemática das matérias anteriormente tratadas no Título III do Ante-projecto, trazendo maior clareza nas matérias que trata, designadamente, identificando e enumerando claramente os casos de licenças, de concessões, e o regime dos títulos de uso e o registo dos mesmo

5.1 CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Neste capítulo são incorporadas os Artigos 7º e 8º constantes do Título I do Ante-projecto e que dispõe sobre uso integrado e hierarquia dos usos por se entender, como foi acima justificado, que se trata de matéria mais correctamente enquadrada no Título V.

No que respeita ao uso integrado foi apenas substituída a menção a planos sectoriais pela referência mais abrangente a "instrumentos de planeamento dos recursos hídricos".

O Artigo 8º foi integralmente revisto estabelecendo critérios de preferência em caso de conflito entre os diversos usos da água. As captações de água podem ter as seguintes finalidades: consumo humano, agricultura (rega), edificação de empreendimentos turísticos e similares, energia, indústria e actividades de lazer, pelo que importa definir uma ordem de preferências em caso de conflito. As melhores práticas internacionais definem a seguinte ordem¹⁹: consumo humano; rega; indústria; produção de energia; turismo; outros. O Artigo 64º da Lei da Água de Portugal dá preferência às captações de água para consumo humano.

O Artigo 53º do Ante-projecto foi mantido na sua redacção inicial por estar em linha com o disposto no Artigo 58º do Código da Água em vigor. Foi igualmente mantida a versão original dos Artigos 54º a 58º.

O disposto no Artigo 59º relativamente ao uso livre foi revisto de acordo com as melhores práticas internacionais²⁰ entendendo-se que o Código deve sujeitar certas utilizações particulares dos recursos hídricos de expressão pouco relevante a comunicação/notificação. Ao contrário da "licença" e da "concessão", a comunicação não tem natureza de título de utilização. Assim nos casos das alíneas a) e f) são estabelecidos requisitos mínimos de notificação da entidade competente como a profundidade do poço, o meio de captação e a área do terrenos para regadio, e os elementos que devem acompanhar a instrução do pedido junto da entidade competente. De notar que a proposta apresenta valores de referência para serem discutidos e validados durante o workshop quando se procederá igualmente à definição da entidade competente (em Portugal são as Administrações de Recursos Hídricos por meio de protocolos de cooperação com juntas de freguesia e associações de agricultores).

¹⁹ Ver o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico estabelecido pelo Decreto-Lei 46/94, de 22 de fevereiro, de Portugal.

²⁰ Ver Artigo 62 n.º 4 da Lei da Água; Artigo 19º n.º 2,3,e 4 do Decreto-Lei 46/94; Art.14º e 16º do Decreto-lei 226-A/2007 de 11 de Junho, que aprova o Regime Jurídico de Utilização dos Recursos Hídricos e o n.º 2 da Portaria 1450/2007 de 12 de Novembro que fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.

O Artigo 60º do Ante-projecto foi revisto em linha com a necessidade de introduzir uma regra geral clara estabelecendo que para além das situações de uso livre o direito de uso se constitui mediante uma concessão ou licença ultrapassando alguma ambiguidade que poderia resultar da interpretação do mesmo tal como originariamente formulado.

5.2 CAPÍTULO II - USOS SUJEITOS A LICENÇA

Tendo em conta a alteração da sistemática acima referida a Secção II do Capítulo II do Título III do Ante-projecto sob a epígrafe " Da Licença" deu lugar ao presente Capítulo cujo artigo imediato, sob a mesma epígrafe, enumera taxativamente os casos de uso privativo de recursos hídricos que carecem de licença e são eles: a produção de água dessalinizada e extração dos níveis freáticos; a produção independente e a auto-produção de água; a distribuição de água por veículos e fontenários; a prestação de serviços de produção e distribuição de água, bem como os serviços de saneamento, quando prestados numa área limitada em rede autónoma situadas em localidades geograficamente isoladas; a rejeição de águas residuais; a imersão de resíduos; a implantação de instalações e equipamentos em zonas do domínio público hídrico; a implantação de infraestruturas hidráulicas; a recarga e injeção artificial em águas subterrâneas; a realização de aterros ou de escavações; a extração de inertes; e outras atividades que possam pôr em causa o estado dos recursos hídricos e que venha a ser condicionados por lei ou regulamento específico.

Desta forma resulta mais claro e seguro as utilizações que devem ser licenciadas o que não era evidente na formulação anterior

Feita esta clarificação introduziu-se um artigo autónomo sobre o prazo limita das licenças (30 anos), à semelhança do que constava do Artigo 72º do Ante-projecto para as concessões, e mantiveram-se no essencial, por serem completamente atuais e neles não se vislumbar qualquer antinomia, os restantes artigos 61º a 69º, relativos à necessidade de formalização e fundamentação do pedido de licença e conteúdo obrigatório, a não exclusividade do mesmo como regra geral, bem como as situações de suspensão, revogação, renúncia, publicação e reversão de bens para o Estado mediante compensação relativamente aos não amortizados.

De notar no entanto que no que respeita aos fundamentos para recusa da licença foi especificado que os perigos para o ambiente incluem a situação em que se "verifique que o nível da água na massa de águas subterrâneas é tal que os recursos hídricos subterrâneos disponíveis são ultrapassados pela taxa média anual de captação a longo prazo". Este fundamento destina-se a evitar danos significativos nos ecossistemas terrestres directamente dependentes do aquífero e responder aos problemas derivados da intrusão salina.

5.3 CAPÍTULO III - USOS SUJEITOS A CONCESSÃO

Este Capítulo substituiu a Secção III do Capítulo II do Título III do Ante-projecto sob a epigrafe "Das Concessões" na linha de nova sistemática adotada visando melhor clarificação.

Assim introduziu-se um novo artigo com a mesma designação a enumerar taxativamente as situações de uso privativo sujeitas a concessão, as quais são: a prestação dos serviços de distribuição de água e prestação dos serviços de saneamento para fins públicos; a prestação de serviços de recolha, tratamento e reutilização de efluentes líquidos ou sua descarga, incluindo quando aplicável, águas pluviais; a utilização de terrenos do domínio público hídrico que se destinem à edificação de empreendimentos turísticos e similares; a implantação de infraestruturas hidráulicas que se destinem aos usos referidos atrás referidos

Pelas mesmas razões invocadas quanto às licenças mantiveram-se os restantes artigos sobre a atribuição da concessão mediante de concurso, conteúdo, prazo, renovação, término, resgate, caducidade, reversão dos bens a favor do Estado e compensação, entre outros.

5.4 CAPÍTULO IV - REGIME DOS TÍTULOS DOS DIREITOS DE USO

Por uma questão de melhor ordenação sistemática este Capítulo, que no Ante-projecto integrava o Título III, passa a designar-se de regime dos títulos de direito de uso e o Capítulo III passou a ser o Capítulo IV com uma Secção, tendo os capítulos IV, V e VI dado lugar às Secções II, III e IV.

Assim, na Secção I sobre Conteúdo do Direito de Uso continua a manter-se o regime no que refere aos objecto, direitos e deveres dos titulares das licenças ou concessões, a inalienabilidade e não onerabilidade das mesmas, transmissão *mortis causa* e responsabilidade civil dos titulares

A Secção II sobre Limitação, Modificação e Suspensão do Direito de Uso mantiveram-se os artigos que dispõe sobre a requisição de águas em casos urgentes de incêndio ou calamidade pública; limitação ao uso sendo lícito ao titular mudar o curso costumeiro da água se a população se abastece dela ou das águas sobrantes para fins domésticos, suspensão do direito de uso e exclusão de responsabilidade do Estado, entre outros.

A Secção III trata da Extinção do Direito de Uso, designadamente por morte ou extinção do respectivo titular; por caducidade da respectiva licença ou concessão; pela cessação da actividade a que os recursos hídricos foram destinados; por inutilidade ou desnecessidade; pela renúncia expressa, escrita, do titular à respectiva licença; por abandono; por revogação, com justa causa, da respectiva licença; por resolução com justa causa, resgate ou término por comum acordo da concessão.

Os Direitos de Uso Precário apresentam-se na Secção IV, concretamente a possibilidade de em casos devidamente justificados, os organismos competentes poderem autorizar, temporariamente, actividades agro-pecuárias e a construção de habitações e instalações de carácter provisório no leito das ribeiras, desde que não prejudiquem o livre escoamento das águas, não causem danos ambientais, nem prejudiquem direitos ou interesses legítimos de terceiros e respeitem as prescrições e restrições técnicas estabelecidas. Também se prevê que pessoas singulares ou colectivas interessadas em realizar estudos e pesquisas, destinadas a verificar a viabilidade técnico-económica de determinado aproveitamento hídrico, como etapa prévia ao respectivo requerimento do direito de uso possam solicitar autorização ao organismo competente, para a realização dos referidos estudos ou pesquisa.

Por fim trata-se a matéria do transporte ou distribuição por viatura permitindo que nos lugares onde não existam sistemas de abastecimento público ou para reforço ou substituição de redes insuficientes ou paralisadas, possa ser temporariamente autorizado, mediante licença precária, o transporte e a distribuição de água potável em viaturas especialmente acondicionadas e regularmente inspeccionadas para o efeito, nos termos especificamente regulamentados.

5.5 CAPÍTULO V - REGISTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A existência de sistema de informação sobre os recursos hídricos é uma prioridade identificada no PAGIRE.

Propõe-se que o Título IX do Ante-projecto sobre Registo de Direitos e Recursos Hídricos passe a constituir um Capítulo do Título V que define o regime jurídico dos usos dos Recursos Hídricos. Este capítulo deve definir os princípios gerais para inventário actualizado das utilizações dos Recursos Hídricos, consagrar a obrigação de registo e definir os limiares a partir dos quais tal é necessário deixando para diploma específico a operacionalização dessas regras gerais.

Propõe-se igualmente que a violação das regras relativas ao registo de águas passe a constituir uma contraordenação hídrica, ao abrigo do novo Título X.

Neste domínio ver também a revisão do Projeto de Decreto Regulamentar que regulamenta o registo de direitos e recursos hídricos revogando o Decreto 84/87 de 8 de Agosto sobre a mesma matéria.

No Artigo 286º clarificou-se a finalidade do registo que para além de dar publicidade visa caracterizar todos os usos dos recursos hídricos.

Dado que os actos sujeitos a registo constam igualmente, e correctamente, do Artigo 2º do Projeto de Decreto Regulamentar sobre esta matéria, entende-se que os mesmos devem deixar de figurar no Artigo 287º do Código propondo-se assim a sua listagem exclusiva em diploma regulamentar para evitar duplicações e contribuir para a perenidade do novo Código. Da análise comparativa entre os actos sujeitos a registo por força do Artigo 287º do Ante-projecto e do Artigo 2º da versão original do Projecto de Decreto-Regulamentar verifica-se que a primeira é mais completa. Assim na revisão do



Projecto de Decreto-Regulamentar foram acrescentadas as alíneas (a), (l) e (m) e a cláusula residual da alínea (w) e foram completadas as alíneas (o), (p) e (q).

No que respeita ao número 2 do Artigo 287º sobre o não seguimento das acções sujeitas a registo após os articulados sem se comprovar a sua inscrição não vislumbrou a *ratio legis* de tal exigência e por isso optou-se pela sua omissão

Em linha com a nova redacção do Artigo 23º acima fundamentada recomenda-se a atribuição à ANAS da competência para efectuar o registo em vez dos "serviços do Estado" como constava do Artigo 288º do Ante-projecto que, de acordo com o Projecto de Decreto Regulamentar sobre Registo dos Recursos Hídricos, seriam as Conservatórias prediais. Na mesma linha é suprimida a referência à aplicação subsidiária das normas reguladoras do registo predial constante do Artigo 289º.

Com vista à simplificação de procedimentos e tendo presente a importância do Registo Nacional de Recursos Hídricos que se pretende operacionalizar com a publicação do novo Código e respectivo Decreto-regulamentar, recomenda-se a supressão da figura dos cadastros nacionais hídricos e a revisão do Artigo 291º em conformidade que passa a constar do novo Artigo 160º que define a entidade competente para efeitos de registo e os conteúdos da informação a registar.

6 TÍTULO VI - QUALIDADE DA ÁGUA

As normas de protecção dos recursos hídricos, aprovadas pelo Decreto 82/87 de 1 de Agosto, consideram-se tacitamente derogadas pelo Decreto-Lei 7/2004 de 23 de Fevereiro, que estabelece as normas de descarga das águas residuais, e pelo Decreto-Lei 8/2004²¹ da mesma data, que estabelece os critérios e normas de qualidade da água. O Ante-projecto de Código da Água (2004) recomendava a integração destas normas no novo Código e a sua consequente revogação.

Verifica-se que a maioria do articulado reproduz *mutatis mutandis* o Decreto-Lei 236/98 de 1 de Janeiro que em Portugal *estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos*.

6.1 CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Neste Capítulo foram revistas as disposições referentes ao âmbito de aplicação que passou a referir expressamente as águas para consumo humano, as águas para rega, as águas balneares, a protecção das águas contra a poluição causada por águas residuais e por nitratos de origem agrícola. Foram retirada do âmbito de exclusão as "águas balneares" por serem objecto de regulação no Capítulo V deste Título e foi alterada a epígrafe do Artigo 161º do Ante-projecto.

A proibição de poluir já consta de forma genérica e mais abrangente da Lei de Bases da Política do Ambiente²². Além disso a definição proposta no Artigo 163º do Ante-projecto é redutora em relação à que consta do seu Artigo 3º n.º 73 pelo que se propõe a supressão da definição constante do Artigo 163º. Assim propõe-se que a proibição de poluir seja tratada juntamente com a proibição de degradar no artigo antecedente constituindo ambas as proibições uma contra-ordenação relativa à qualidade dos recursos hídricos ao abrigo do Artigo 305 n.º 1. Na mesma linha propõe-se alargar o âmbito do regime de responsabilidade civil por poluição previsto no Artigo 168º do Ante-projecto à degradação.

No que respeita às restrições para protecção da qualidade da água e à obrigatoriedade de a ANAS estabelecer normas e padrões técnicos recomenda-se que estes incluam bocas de furos de captação e poços evitando a contaminação directa dos aquíferos. Nessa linha será necessário rever os requisitos definidos no Artigo 140º n.º 2 do Código Técnico da Edificação (CTE)²³.

As formulações propostas nos Artigos 169º e 170º para os laboratórios e métodos analíticos reproduzem *mutatis mutandis* o disposto, respectivamente, nos Artigos 76º e 75º do Decreto-Lei 236/98 de 1 de Janeiro de Portugal.

²¹ No entender do autor do Ante-projecto de Código da Água "praticamente só não terá sido derogado o capítulo IV, relativo a actividades produtivas".

²² Aprovada pela Lei 86/IV/93 de 26 de Julho.

²³ Aprovado pela Portaria conjunta n.º 4/2012 de 12 de Janeiro.



6.2 CAPÍTULO II - QUALIDADE DA ÁGUA DESTINADA À PRODUÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

À semelhança da sistemática adoptada pelo Ante-projecto para os restantes Capítulos do Título referente à qualidade da água foi introduzida uma nova disposição sobre o âmbito de aplicação do presente capítulo especificando-se que o mesmo se aplica à qualidade das águas doces superficiais e das águas subterrâneas utilizadas ou que se destinem a ser utilizadas para a produção de água para consumo humano.

No que respeita às águas superficiais, o Artigo 171º do Ante-projecto reproduz os Artigos 6º, 7º, 8º e 10º do Decreto-Lei 236/98 de Portugal, remetendo as seguintes matérias para diploma regulamentar que será objecto de futura consultoria: classificação; normas de qualidade; verificação da conformidade; derrogações; e relatórios.

Foi igualmente acrescentada a obrigatoriedade de a situação excepcional prevista no Artigo 171º n.º 9 do Ante-projecto ser enquadrada num Plano de Acção e de gestão nos termos a regulamentar.

Recomenda-se igualmente que no n.º 14 do mesmo Artigo 171 a expressão "autoridades administrativas interessadas" seja substituída por "autoridades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos" dada a natureza vaga da primeira.

Relativamente às águas subterrâneas, o Artigo 172º do Ante-projecto reproduz parcialmente o disposto nos Artigos 14, 15 e 18 do Decreto-Lei 236/98 de Portugal remetendo para as disposições relativas às águas superficiais no que respeita aos detalhes da classificação, normas regulamentares, planos de acção e de gestão e relatórios que serão regulamentados no âmbito de outra consultoria. De notar que em resposta ao problema identificado pelo PAGIRE de "salinização das águas subterrâneas, sobretudo nas zonas costeiras coloca grandes problemas, designadamente, nos perímetros irrigados, através da salinização dos terrenos explorados que se tornam, assim, inutilizáveis" se recomenda a obrigatoriedade de as modificações na condutividade não relevarem a ocorrência de intrusões salinas nas massas de água subterrânea em linha com o disposto no Decreto-Lei 77/2006 de 30 de Março que em Portugal complementa a Lei da Água.

No que respeita à qualidade da água trata por sistemas industriais, como a dessalinização, e destinada à produção de água para consumo humano foram introduzidos dois números no Artigo 173º do Ante-projecto destinados a assegurar o uso das melhores tecnologias e das medidas necessárias para garantir p iso adeuada das águas produzidas por estes sistemas, em linha com o disposto na Ley de Águas das Canárias²⁴.

Para validação no workshop e devida adaptação ao contexto nacional:

- Prazo para comunicação dos resultados das campanhas inserido no Artigo 171º n.º 7 (em linha com o previsto no Artigo 8º n.º 5 do Decreto lei 236/98 de Portugal);

²⁴ Lei 12/1990, de 26 de Julho, modificada pela Ley 10/2010, de 27 de Dezembro (Capítulo III - Artigo 92º)



- Prazo para elaborar o relatório previsto no Artigo 171º n.º 15 do Ante-projecto (em linha com o previsto no n.º 2 do Artigo 11º do Decreto-Lei 236/98 de Portugal).

6.3 CAPÍTULO III - QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

As disposições relativas à qualidade da água para consumo humano foram inspiradas no regime jurídico português, mais concretamente no Decreto-Lei 236/98 alterado pelo Decreto-Lei 243/2001 de 9 de Maio (que revoga a secção III do capítulo II). Este diploma foi posteriormente revogado pelo Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto que deverá servir de base à elaboração das respectivas normas técnicas no âmbito de futura consultoria. A revisão do Decreto-Lei 8/2004 cujas normas, de acordo com o PAGIRE "*não lograram o efeito preconizado com a sua aprovação;*" é uma prioridade identificada neste Plano Estratégico juntamente com a urgência da sua regulamentação.

De acordo com a sistemática adoptada no Código o conceito de "águas destinadas ao consumo humano" passou a figurar do Título I, Capítulo II. Do mesmo modo, e à semelhança dos outros Capítulos do Título VI, foi inserido um novo artigo com os objectivos do regime da qualidade da água destinada ao consumo humano.

As isenções foram definidas pelo Ante-projecto em linha com o disposto nos Artigos 4º do Decreto-Lei 243/2001 de Portugal tendo sido clarificadas as competências em sede de comunicação e a articulação necessária entre o Regulador Técnico e a autoridade de saúde.

As normas de qualidade foram estabelecidas no Artigo 180º do Ante-projecto em linha com o disposto no Artigo 6º do Decreto Lei 243/2011 de Portugal tendo sido acrescentada a obrigatoriedade de a população ser informada em linguagem simples e de fácil compreensão dos valores paramétricos obrigatórios e adicionais.

No que respeita às obrigações da qualidade da água foi revisto o disposto no Artigo 176º do Ante-projecto à luz do novo regime português aprovado pelo Decreto-Lei 306/2007 esclarecendo-se as obrigações das entidades gestoras, incluindo no que respeita à realização de controlos suplementares e de manutenção dos registos relativos ao controlo da qualidade da água e respectiva documentação.

No que respeita à verificação da conformidade é feita remissão expressa para as normas subsidiárias no Artigo 181º do Ante-projecto. Optou-se também por usar a expressão "viaturas de transporte e distribuição de água" constante da definição de "águas destinadas ao consumo humano" uma vez que o conceito constante da versão original de "meio de transporte semovente" não é definido. Foi também clarificado que no caso dos sistemas multimunicipais a verificação do cumprimento é feita "no ponto de entrega aos respectivos utilizadores".

Na vigilância sanitária, a cargo das autoridades de saúde conforme previsto no Artigo 183º do Ante-projecto, foi acrescentada a obrigatoriedade de estas e das entidades gestoras, conjugarem esforços para informarem a população dos factores de risco quando a qualidade da água distribuída for susceptível de pôr em risco a saúde humana.

No que respeita às medidas correctivas previstas no Artigo 184º do Ante-projecto foi clarificada a obrigação da entidade gestora caso se verifique uma situação de

incumprimento (número 2) e no que respeita às medidas excepcionais foi acrescentada a obrigatoriedade de as entidades gestoras providenciarem uma alternativa de água para consumo humano aos respectivos consumidores, desde que as referidas medidas se mantenham por mais de vinte e quatro horas (número 5) em linha com o previsto no Artigo 20º n.º 3 do Decreto-Lei 306/2007.

O regime proposto no Ante-projecto em matéria de inspeção (Artigo 185º), materiais e produtos (Artigo 186º), promoção da qualidade (Artigo 187º), derrogações (Artigo 190º) e relatórios (Artigo 191º) reproduz o disposto nos Artigos 11, 12, 13, 15 e 16 do Decreto-Lei 243/2001.

Em linha com o Decreto-Lei 306/2007 foi introduzido um novo artigo quanto aos laboratórios de ensaio cujas credenciais e respectivos métodos serão definidos por diploma regulamentar.

Para validação no workshop e devida adaptação ao contexto nacional:

- Prazo para manutenção dos registos referidos no Artigo 176 n.º 3 (conformes ao disposto no Artigo 8º n.º 5 do DL 306/2007 de Portugal);
- Prazo para providenciar medidas alternativas ao abrigo do Artigo 184º n.º 5 (em linha com o previsto no Artigo 20º n.º 3 do Decreto-Lei 306/2007);
- Prazo para as derrogações previstas no Artigo 190º (definido de acordo com o Artigo 13º n.º 2 do Decreto-Lei 306/2007) e média de abastecimento/pessoas (definido de acordo com o Artigo 15º n.º 12 do Decreto-Lei 243/2001);
- Média de abastecimentos e pessoas previsto no Artigo 191º (e definido de acordo com o Artigo 15º n.º 12 do Decreto-Lei 243/2001).

6.4 CAPÍTULO IV - QUALIDADE DA ÁGUA PARA REGA

Na definição do âmbito e dos objectivos, o Ante-projecto reproduziu nos seus Artigos 193º e 194º o Artigo 58º do Decreto-Lei 243/2001 de Portugal tendo introduzido um dever geral específico no que respeita ao exercício do direito de uso de água para rega no seu Artigo 195º.

Do mesmo modo as disposições referentes à classificação, normas de qualidade, verificação da conformidade e planos de acção tiveram por base, respectivamente, os Artigos 59º, 60º, 61º e 62º do regime jurídico português em relação aos quais o Código remete para normas técnicas e elaborar por futura consultoria.

O Artigo 199º do Ante-projecto reproduz os números 3 e 4 do Artigo 58º do Decreto-Lei 243/2001 de Portugal.

Propõe-se que à semelhança do Capítulo II o Código faça menção à elaboração de Planos de Acção sempre que excepcionalmente sejam ultrapassados os valores paramétricos de referência estabelecidos de acordo com as normas de qualidade e nos termos a regulamentar. Nesse sentido foi acrescentado um novo Artigo.

6.5 CAPÍTULO V - QUALIDADE DAS ÁGUA BALNEARES

As disposições referentes a classificação, normas de qualidade, verificação da conformidade, vigilância sanitária bem como o disposto em sede de derrogações e relatórios reproduzem respectivamente os Artigos 50º, 51º, 52º, 53º, 55º e 56º do Decreto-Lei 243/2001 de Portugal em relação aos quais o Código remete para normas técnicas e elaborar por futura consultoria.

O prazo para a elaboração do relatório (fixado ao abrigo do Artigo 56º do Decreto-Lei 236/97) deve ser discutido no workshop.

6.6 CAPÍTULO VI - PROTECÇÃO DAS ÁGUAS CONTRA A POLUIÇÃO CAUSADA POR ÁGUAS RESIDUAIS

O objectivo e o âmbito desta Capitulo estão em linha com o disposto no Artigo 63º do Decreto Lei 236/98 de Portugal.

Os critérios para fixação das normas de descarga previstos no Artigo 210º estão em linha com o disposto no Artigo 64º do Decreto-Lei 236/98 de Portugal a que se acrescentou as condições referentes às águas balneares. Na mesma disposição foi também feita referência às zonas vulneráveis ao abrigo do novo regime de protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola estabelecido no Capítulo VII deste Título VI.

As condições gerais de licenciamento definidas no Artigo 211º foram revistas em linha com o disposto no Artigo 65º do Decreto-Lei 236/98 incluindo-se a emissão por uma instalação.

As regras relativas á protecção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição causada por substâncias perigosas reproduzem, respectivamente, o disposto nos Artigos 66º e 67 do Decreto-Lei 236/98 com algumas especificidades, e remetem para as normas regulamentares a fixação dos objectivos e a listagem das substâncias.

Os requisitos de fiscalização e inspecção estabelecidos no Artigo 216º reproduzem os estabelecidos no Artigo 70º do Decreto-Lei 236/98, tendo sido clarificado que a obrigação de comunicação é à autoridade licenciadora que, ao abrigo do Artigo 211º, é a autoridade ambiental.

O Artigo 218º constitui uma norma transitória que reproduz o disposto no Artigo 78º do Decreto-Lei 236/98 e cuja pertinência actual deve ser tecnicamente avaliada.

O PAGIRE recomenda regulamentar as normas de descarga das águas residuais para o meio receptor natural derivadas das principais industrias poluentes e identifica as seguintes: bebidas; calçados; tintas; produtos farmacêuticos.

O novo Código deve estabelecer os factores de enquadramento das portarias sectoriais que no futuro vierem a regular as descargas de águas residuais provenientes do exercício de actividades específicas e que ao abrigo do Artigo 29º do Decreto-Lei

8/2007 de 23 de Fevereiro incluem: a incidência sanitária, social e económica resultante do desenvolvimento da actividade industrial do sector; o grau de incidência do sector na alteração das condições ambientais do País; a aquisição de novos conhecimentos técnicos e científicos. Propõe-se que a referência às normas sectoriais de descarga passe a constar de uma secção autónoma, em linha com o Decreto-Lei 8/2004, com remissão para portarias sectoriais específicas, as quais serão objecto de uma futura consultoria. Dada a sua especificidade a Estratégia de Revisão do Quadro Jurídico validada pelo MCA não as inclui.

Neste capítulo foi também estabelecida o requisito legal de utilização agrícola de lamas de depuração numa nova Secção III, cujas especificações técnicas serão definidas por *normas de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas* a elaborar por futura consultoria e cujo esboço de estrutura se elaborou. É estabelecida a obrigação geral proibição de descarga de lamas em águas superficiais ou subterrâneas

Na mesma linha foi acrescentada a definição de “lamas” e de “valorização agrícola de lamas de depuração” no Capítulo I to Título I.

Os seguintes prazos previstos no presente capítulo devem ser validados no workshop:

- Para envio das cópias das licenças por parte da autoridade ambiental fixado no Artigo 211º n.º9 (inferior ao prazo de 30 dias fixado no Artigo 65º n.º 9 do Decreto Lei 236/98);
- De revisão das licenças previsto no Artigo 213º n.º8 (definido em linha com o disposto no Artigo 67º n.º 8 do Decreto-Lei 236/98);
- De adesão previsto no Artigo 214º n.º 4 (estabelecido em linha com o Artigo 68º n.º 4 do Decreto-Lei 236/98);
- Para a elaboração dos relatórios previstos no n.º 2 do Artigo 217º (de acordo com o Artigo 71º do Decreto-Lei 236/98).

6.7 CAPÍTULO VI - PROTECÇÃO DAS ÁGUAS CONTRA A POLUIÇÃO CAUSADA POR NITRATOS DE ORIGEM AGRÍCOLA

O PAGIRE identifica a poluição ligada às actividades agrícolas como uma das principais causas de degradação dos recursos hídricos causada pela utilização de pesticidas e outros adubos químicos que "conduzem à poluição dos aquíferos superficiais e livres". O Ante-projecto é no entanto omissivo quando à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola. Considerando que o uso excessivo de fertilizantes é uma causa de poluição do meio hídrico importa definir um regime da sua protecção. Prevê-se assim:

- A elaboração de uma lista de águas poluídas, ou susceptíveis de poluição, e de identificação e delimitação geográfica das zonas vulneráveis;
- Um regime de controlo da avaliação e designação de zonas vulneráveis à poluição causada por nitratos de origem agrícola.;
- A aprovação de programas de acção;
- A aprovação de Códigos de Boas Práticas Agrícolas e campanhas
- A elaboração de relatórios.



Foram igualmente introduzidos no Artigo 3º os seguintes conceitos relevantes para a definição deste regime: "eutrofização" e "zonas vulneráveis".

Os seguintes prazos, estabelecidos em linha com o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas em Portugal²⁵, serão objecto de validação no workshop:

- Para revisão das listas das águas poluídas e das águas susceptíveis de serem poluídas, bem como das zonas vulneráveis (quatro anos é prazo previsto no Artigo 4º do Decreto-Lei 68/99 de 11 de Março que altera o DL 235/97 de 3 de Setembro relativo à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola);
- Para a avaliação da designação de zonas vulneráveis (quatro anos é o prazo previsto no Artigo 5º do DL 68/99);
- Para os programas de acção (quatro anos é o prazo previsto no Artigo 7º do DL 68/99).

²⁵ Aprovado Decreto-Lei 235/97 de 3 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 68/99, de 11 de Março.

7 TÍTULO VII - INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS

Este Título continuou estruturado em 6 capítulos mas ordenados de forma diferente por razões de melhor sistemática. Assim o Capítulo II passa designar-se de "regime da propriedade das infraestruturas hidráulicas"²⁶ em vez de tão só "infraestruturas hidráulicas" como era no Ante-projecto. O Capítulo IV sobre a fiscalização passa a ser o V, enquanto o Capítulo IV sob a epígrafe "infra-estruturas de saneamento básico" passa a designar-se de "infra-estruturas de saneamento".

7.1 CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Mantiveram-se as disposições gerais sobre o objecto, isto é, o estabelecimento do regime geral das obras hidráulicas e suas partes integrantes, no que respeita ao regime de propriedade, execução, exploração, conservação e fiscalização, sendo consideradas partes integrantes das obras hidráulicas, para os efeitos do Código e seus regulamentos, os perímetros e zonas de protecção, as instalações acessórias necessárias à sua operação, os equipamentos eléctricos ou mecânicos, bem como as peças acessórias e os dispositivos de controlo e utilização com que funcionam.

Excluem-se da aplicação das normas do Código as obras marítimas destinadas a possibilitar, facilitar ou melhorar a navegação, a pesca e os outros usos não consumptivos, as quais ficam sujeitas à regulamentação especial.

7.2 CAPÍTULO II - DO REGIME DE PROPRIEDADE DAS INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS

Com pequenas modificações mantêm-se todas as normas deste Capítulo designadamente a sujeição de autorização do regulador técnico (ANAS) a execução, a exploração, a modificação e a inutilização ou destruição de obras hidráulicas, de aproveitamento, protecção ou mistas, de interesse particular ou de interesse publico, de propriedade privada ou publica, bem como a fiscalização desse mesmo Regulador e dos organismos competentes do Estado ou do município, conforme couber no âmbito das respectivas atribuições, nos termos das leis e regulamentos administrativos.

Prevê-se todo um conjunto complexo de normas sobre transferências dominiais e afectação de obras de domínio público, constituição e exercício da propriedade privada sobre obras hidráulicas, oneração e transmissão mortis causa de obras hidráulicas privadas, expropriação de obras hidráulicas privadas e sujeição a registo.

²⁶ Apesar de na estrutura de sistemática aprovada pelo MCA se ter a proposto a designação deste capítulo II por "*infra-estruturas hidráulicas públicas e privadas*" constatou-se depois que tal não seria coerente com a sistemática da totalidade do Código e por isso optou-se por uma designação considerada mais consentânea com o seu conteúdo.



Clarificou-se a redacção do n.º 2 do Artigo 222º e introduziu-se uma correção no n.º 1 do Artigo 226º do Ante-projecto.

7.3 CAPÍTULO III - DA EXECUÇÃO, EXPLORAÇÃO, CONSERVAÇÃO E INUTILIZAÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS

Este Capítulo prevê, entre outros, que os trabalhos de execução, conservação ou inutilização autorizados em obras hidráulicas devem obedecer às normas técnicas regulamentares definidas para cada tipo de obra e às regras especiais fundamentadamente estabelecidas pelo Regulador Técnico (ANAS) para a obra concreta a que a autorização se refere. A execução de trabalhos não autorizados ou o incumprimento das normas técnicas ou das condições especiais previstas poderá constituir fundamento para embargo administrativo da obra, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis. Tratando-se de inutilização de obras hidráulicas de interesse particular sem a competente autorização, pode ser ordenada a sua reconstrução à custa do proprietário, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Prevê que as obras hidráulicas de interesse público financiadas pelo menos em 50% pelo Estado ou outras pessoas colectivas de direito público, devem ser precedidas de estudo de viabilidade técnico-económica a submeter à aprovação do Regulador Técnico.

Prevê-se que os promotores de obras hidráulicas de interesse particular têm direito a apoio técnico e financeiro do Estado através da celebração de contratos-programa, sujeito a certos princípios gerais.

Obriga-se a que no uso e exploração das obras hidráulicas devem ser estritamente observadas as normas estabelecidas por lei, regulamento ou resolução dos organismos competentes, para evitar prejuízos e danos na quantidade e disponibilidade dos recursos hídricos e as repercussões negativas no meio ambiente em geral e para garantir o aproveitamento óptimo do empreendimento em condições de segurança e de conservação adequada.

7.4 CAPÍTULO IV - FISCALIZAÇÃO

Mantêm-se este Capítulo com um conjunto de normas prevendo, entre outros, os objetivos da fiscalização; o dever de colaboração com os agentes e o dever destes em manter uma atitude de recato e respeito pela privacidade dos particulares nos aspectos não relacionados com a fiscalização; a aplicação de sanções pelo regulador técnico nos casos de elaboração de estudos ou projectos e de construção, modificação ou inutilização de obras hidráulicas o incumprimento das observações da fiscalização e a desobediência às mesma, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou administrativa que couber ao infractor; e ainda em casos em que estiver ameaçada a segurança das pessoas, dos recursos naturais ou da própria obra, a possibilidade da suspensão os trabalhos ou a exploração da obra até que estejam ultrapassados os defeitos ou tomadas as medidas necessárias.



7.5 CAPÍTULO V - DAS EXPROPRIAÇÕES E RESTRIÇÕES POR CAUSA DE OBRAS HIDRÁULICAS

Este Capítulo prevê, designadamente, a possibilidade que resulta óbvia de expropriação e restrições por causa de obras hidráulicas podendo assumir a qualidade de expropriante o Estado e os organismos públicos a ele equiparados, as pessoas colectivas de direito público autorizadas a executar obras hidráulicas de interesse público e os concessionários da exploração de recursos hídricos.

Prevê ainda, em matéria de restrições, que os proprietários ou possuidores legítimos de terrenos em que se tenha de proceder a estudos ou trabalhos preparatórios das obras hidráulicas de interesse público, levados a cabo por entidades públicas ou entidades particulares para tal contratadas, ou de terrenos que àqueles dão acesso, ficam sujeitos a consentir na ocupação desses terrenos, na passagem através deles e nos desvios de águas e de vias de comunicação, enquanto durarem os referidos estudos ou trabalhos.

7.6 CAPÍTULO VI - INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

Este Capítulo prevê a aplicação subsidiária do disposto no Código sobre as obras hidráulicas às infra-estruturas dos sistemas de saneamento, sendo consideradas como tais, o conjunto de obras, instalações e equipamentos inter-relacionados, designadamente condutas, emissários e estações de tratamento, que constituem um sistema capaz de proporcionar a conservação e protecção da qualidade do meio hídrico.

Tendo em conta que o Código se aplica aos sistemas de saneamento em geral que não apenas o saneamento básico, suprime-se no Artigo 249º do Ante-projecto a palavra básico a seguir a saneamento.

8 TÍTULO VIII - REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Na Carta de Políticas para uma nova direcção institucional para a água e o saneamento (2011)²⁷ o Governo apresentou uma nova visão sobre a governação e gestão dos sectores de água e saneamento que identifica os seguintes pilares da reforma com relevância na revisão do regime económico e financeiro dos recursos hídricos proposto pelo Ante-projecto:

- Regulação técnica e económica sólida e eficaz;
- Sustentabilidade financeira do sistema alicerçada numa taxa de água e saneamento que terá por base os princípios do desenvolvimento sustentável, do utilizador-pagador e do poluidor-pagador; e
- Promoção da criação de empresas viáveis e eficientes para o sector.

O PAGIRE identificava entre os vários problemas do sector: a ausência de regulamentação do regime tarifário da água; e não universalização do princípio de poluidor-pagador mas também da utilização onerosa da água como dois problemas do sector.

8.1 CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Para além dos princípios orientadores do regime económico-financeiro dos recursos hídricos definidos no Artigo 251 n.º 4 foram, em linha com as melhores práticas internacionais e designadamente o regime económico e financeiros dos recursos hídricos de Portugal²⁸, introduzidos os seguintes princípios: princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, devendo todos os instrumentos que o integram ser concebidos e aplicados de modo a garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos através da interiorização tendencial dos custos e benefícios que estão associados à utilização da água; *princípio da equivalência*, devendo os tributos que o integram ser estruturados e aplicados em termos tais que a sua repartição entre os utilizadores dos recursos hídricos se faça na medida do custo que estes provocam à comunidade e na medida do benefício que a comunidade lhes proporciona.

O estudo de viabilidade económica do sector da água encomendado pelo MCA, faz um análise exaustiva da situação do sector mas não fornece elementos para um novo regime jurídico nesta matéria, não consubstanciando uma proposta técnica de regime económico e financeiro a dever ser transformado em normas de direito. Por outro lado dada a substancial diferença contextual não convém transpor acriticamente o regime existente em Portugal que deriva das normas europeias por ser extremamente técnico e complexo. De notar que o regime económico e financeiro português foi desenvolvido não na Lei da Água, mas em regulamentos específicos, limitando-se as Leis, com equivalência ao Código de Água cabo-verdiano a enunciar os grandes princípios sobre

²⁷ Apresentada pelo Governo em 19 de Agosto de 2011 na Praia

²⁸ Decreto-Lei 97/2008, de 11 de Junho

os quais deve assentar o estabelecimento das taxas, tarifas e outra fontes de receitas resultantes do uso dos recursos hídricos.

Assim os consultores mantêm no essencial o regime proposto pelo PEAS em 2004 introduzindo porém algumas mais valias a saber: a figura do contrato programa - com bastante tradição aqui em Cabo Verde em vários domínios da cooperação entre o Estado e os municípios e as associações e ONG's; a clarificação dos princípios específicos a que o regime tarifário deve estar sujeito e a repartição das receitas das taxas, cânonos e coimas entre a ANAS e o Fundo de Água e Saneamento previsto no compacto do MCA CV II. Por isso o CAS cria esse fundo remetendo para decreto-regulamentar a aprovação dos respetivos estatutos.

Entre os princípios específicos a serem desenvolvidos em diploma regulamentar e que devem orientar o estabelecimento do regime económico e financeiro dos recursos hídricos de Cabo Verde constam os seguintes: assegurar a recuperação tendencial e em prazo razoável do investimento inicial e dos investimentos de substituição, modernização e expansão, deduzidos de participações e subsídios a fundo perdido; assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afectos ao serviço de abastecimento e saneamento; assegurar a recuperação do nível de custos necessários para a operação e a gestão eficiente dos recursos utilizados na prossecução do serviço, deduzidos de outros proveitos não provenientes de tarifas e que se relacionem com a prestação daquele serviço; assegurar quando aplicável a remuneração adequada do capital investido; garantir a aplicação de uma tarifa a pagar pelo consumidor que progrida em função da intensidade da utilização dos recursos hídricos, preservando ao mesmo tempo o acesso ao serviço dos utilizadores domésticos, tendo em conta a sua condição sócio-económica no que respeita a determinados consumos; incentivar a utilização eficiente dos recursos hídricos e quiça contribuir para a melhoria da igualdade e equidade de género em Cabo Verde, preocupação expressa em todos os documentos de política e detalhadamente analisada no Relatório Intercalar.

8.2 CAPÍTULO II - DOS CÂNONES

Os titulares de direito de uso de água, mediante licença ou concessão, estão sujeitos ao pagamento de "cânone de captação" calculado em função do volume de água captada e do valor final de cada metro cúbico de água, determinado de acordo com parâmetros e critérios estabelecidos por diploma regulamentar e cuja variação anual é fixada por resolução do Governo.

O cânone de captação é fixado anualmente pela Agência Reguladora (ARE) com base e sob proposta do Regulador Técnico (ANAS).

Este Capítulo dispõe ainda sobre as condições em que os cânonos de captação podem ser reduzidos, e entre outros, prevê que autoridade ambiental pode fixar cânonos especiais para usos não consumptivos, a serem pagos conjuntamente com as taxas e emolumentos devidos em relação à actividade principal do titular do direito de uso de recursos hídricos.

8.3 CAPÍTULO III - DAS TAXAS

Este Capítulo prevê que os titulares de direitos de uso de água que sejam beneficiários directos de obras hidráulicas de interesse público, construídas com financiamento do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, estão sujeitos a uma "taxa de beneficiação" a fixar pela Agência Reguladora, para cada obra, tendo em conta determinados critérios previsto no Código.

Além dessa taxa de beneficiação é podem ser criadas outras taxas relacionadas com a conservação e exploração das obras hidráulicas, extração de inertes nos leitos das ribeiras e ocupação de terrenos ou planos de água.

8.4 CAPÍTULO IV - DAS TARIFAS

Ao contrário dos cânones e das taxas, as tarifas são os preços a pagar pelos consumidores pelos serviços de abastecimento e de saneamento prestados pelas empresas ou serviços municipais.

Além dos princípios gerais acima referidos, foram introduzidos princípios específicos a serem desenvolvidos em diploma regulamentar e que devem orientar o estabelecimento das tarifas pela ARE designadamente os de: assegurar a recuperação tendencial e em prazo razoável do investimento inicial e dos investimentos de substituição, modernização e expansão, deduzidos de participações e subsídios a fundo perdido; assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afectos ao serviço de abastecimento e saneamento; assegurar a recuperação do nível de custos necessários para a operação e a gestão eficiente dos recursos utilizados na prossecução do serviço, deduzidos de outros proveitos não provenientes de tarifas e que se relacionem com a prestação daquele serviço; assegurar quando aplicável a remuneração adequada do capital investido; garantir a aplicação de uma tarifa a pagar pelo consumidor que progrida em função da intensidade da utilização dos recursos hídricos, preservando ao mesmo tempo o acesso ao serviço dos utilizadores domésticos, tendo em conta a sua condição sócio-económica no que respeita a determinados consumos; incentivar a utilização eficiente dos recursos hídricos e quiça contribuir para a melhoria da igualdade e equidade de género em Cabo Verde, preocupação expressa em todos os documentos de política.

Foi ainda introduzida, como elemento novo, que a forma de cálculo das tarifas e da facturação dos serviços públicos de abastecimento e saneamento, bem como outros aspectos relacionados com o regime tarifário é estabelecido por diploma regulamentar, devendo a factura apresentada ao consumidor desagregar todas as taxas e encargos aplicáveis, explicitando o respetivo processo de cálculo.

No resto manteve-se o regime constante do Ante-projecto, designadamente no que tange a serviços concorrenciais e não concorrenciais; categorias tarifárias e categorias de consumidores; tarifas de interligação; tarifas por distribuição de água por viaturas e fontenários, entre outros.

8.5 CAPÍTULO V - DOS EMOLUMENTOS

Este Capítulo trata dos emolumentos isto é a importância em dinheiro, fixa e paga por uma só vez, pela emissão de licenças, autorizações, certidões ou documentos relativos à água e saneamento.

Assim podem ser cobrados emolumentos por emissão e renovação de licenças de direitos de uso de água; por autorizações para construção, modificação ou inutilização de obras hidráulicas; por autorização para rejeição de águas residuais e as suas renovações; por autorização para transporte e distribuição de águas em viaturas e navios; por certidão de qualquer natureza passada por organismo competente; por cópia de normas técnicas para a construção, modificação, inutilização, exploração ou conservação de obras hidráulicas; por autorização para estudos e pesquisas hidráulicas; por autorizações para actividades e construções provisórias no leito de ribeiras; e por inscrições, anotações, certidões e outros actos do cadastro ou registo de recursos hídricos.

8.6 CAPÍTULO VI - DA COBRANÇA E PAGAMENTO

Quanto ao produto dos cânones, taxas e legais acréscimos introduz-se uma novidade, inspirada em boas práticas internacionais a prever são afectados em 50% para o Fundo de Água e Saneamento e 50% para a autoridade nacional da água e saneamento.

Quanto às tarifas, estas constituem receita das entidades que prestam o serviço público de abastecimento e saneamento.

Introduziram-se mais dois novos artigos. Um a prever que as receitas provenientes da cobrança de cânones, taxas e emolumentos de recursos hídricos são aplicadas no financiamento das actividades que tenham por objectivo melhorar a eficiência do uso da água e a qualidade dos recursos hídricos; no financiamento das acções de melhoria do estado das águas e dos ecossistemas associados; e na cobertura dos demais custos incorridos na gestão dos recursos hídricos, objecto de utilização e protecção. E outro a criar o fundo de água e saneamento que tem como objectivo prioritário promover o acesso universal e a utilização racional dos recursos hídricos através da afectação de recursos a projectos e investimentos necessários ao seu melhor uso, nomeadamente a projectos de grande envergadura. Os Estatutos do fundo de água e saneamento serão aprovados por decreto regulamentar.

No resto mantiveram com uma ou outra alteração as normas sobre sanções por não pagamento; caução em caso de incumprimento; cobrança coerciva; intervenção da Agência Reguladora e atribuição de força executiva a certos documentos como actas de tentativas de conciliação, originais de aviso de cobrança emitidas pela concessionárias ou licenciadas, entre outros.



8.7 CAPÍTULO VII - CONTRATOS-PROGRAMA

Como acima referido, foi introduzido um importante capítulo sobre a possibilidade do Estado celebrar com as autarquias locais, respetivas associações, empresas concessionárias, entidades privadas, ONG's, cooperativas ou associações de utilizadores contratos-programa relacionados com atividades de gestão de recursos hídricos, contribuindo para a interiorização dos custos e benefícios associados à utilização da água e privilegiando os usos que asseguram a utilização economicamente mais equilibrada e racional e tendo em vista a promoção de uma utilização sustentável dos recursos hídricos. Tal regime foi inspirado no direito português que prevê essa mesma figura nos domínios dos recursos hídricos.

Os contratos-programa relacionados com atividades de gestão de recursos hídricos terão por objectivo prestar apoio técnico ou financeiro à realização de investimentos nos domínios de introdução de novas tecnologias visando a maximização da eficiência na utilização da água e a diminuição do potencial de contaminante de emissões poluentes; instalação de tecnologias de informação, de comunicação e de gestão automática de sistemas de gestão de recursos hídricos; introdução de técnicas de autocontrolo e monitorização na utilização de água e na emissão de poluição sobre recursos hídricos; construção de infra-estruturas hidráulicas; construção de sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e suas componentes; e trabalhos de manutenção e recuperação das margens dos cursos de água e das galerias

Em matéria de requisitos exige-se que as propostas de contratos de contratos-programa no âmbito da cooperação técnica entre o Governo e as autarquias locais ou respectivas associações, empresas concessionárias, ONG's, cooperativas ou associações de utilizadores, devem integrar estudos que evidenciam a contribuição que os projectos em causa podem prestar na concretização dos objectivos fixados nos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos em vigor, não podendo ser celebrados com entidades que tenham incorrido em incumprimento contratual grave na gestão de sistemas de abastecimento e saneamento ou se encontrem em situação de incumprimento para as entidades gestoras desses sistemas.

Quanto aos critérios de preferência prevê-se que a celebração de contratos-programa deve ser feita privilegiando as utilizações hierarquizadas pelos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos e pelo Código de Águas, bem como as soluções coletivas promovidas pelas associações de utilizadores.

9 TÍTULO IX - SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO E RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES

O Título IX dispõe sobre os sistemas públicos e prediais de abastecimento de água e saneamento, anteriormente contidas no Título IV do Ante-projecto, e que foram complementadas com um novo Capítulo que regula as relações com os consumidores.

9.1 CAPÍTULO I - SISTEMAS PÚBLICOS

Em sede de princípios que regem a prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento foi revisto o princípio da universalidade que estava formulado no Artigo 102º de forma contraditória uma vez que o princípio se deve contrapor aos limites económicos e deve abranger os cidadãos em geral. Sendo os serviços de abastecimento e de saneamento bens públicos, cujo não acesso põe em causa a dignidade da pessoa humana, a prestação de tais serviços não pode ter por base critérios económicos tendo por isso sido introduzida uma salvaguarda para as situações de *pobreza ou de qualquer outra forma de vulnerabilidade*. O facto de o Estado garantir tarifas diferenciadas em função da vulnerabilidade económica compatibiliza este princípio com o do utilizador pagador.

No Artigo 104º foi introduzida uma alínea l) obrigando a entidade gestora a delinear e aplicar planos de IEC com vista a criar boas práticas em matéria de água e saneamento.

Quanto à qualidade do serviço previsto no Artigo 106º do Ante-projecto foi acrescentando um novo número 4 que obriga a entidade reguladora a prestar informação sobre a qualidade da água e sobre qualquer suspensão ou interrupção na prestação dos serviços por meios que sejam facilmente assimilados pelos destinatários.

No Artigo 121º foi actualizada a referência ao Plano Nacional de Contabilidade que foi revogado pelo Decreto-Lei 5/2008 de 4 de Fevereiro que cria o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF)

Os restantes artigos relacionados com o acesso, suspensão e término dos serviços, controlo e prerrogativas das entidades reguladas foram mantidos.

9.2 CAPÍTULO II - SISTEMAS PREDIAIS

Neste capítulo, que em que se prevê que nos aglomerados urbanos em que existam sistemas públicos de abastecimento e de saneamento é obrigatório instalar, em todos os prédios a construir, remodelar ou ampliar, sistemas prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, e outras disposições atinentes à obrigatoriedade de fornecimento de água e recolha de águas residuais, à instalação obrigatória de contadores, aos deveres dos utilizadores, proprietários e usufrutuários e à inspecção de sistemas, entre outros, os respectivos artigos foram mantidos por se entender não carecerem de atualização

9.3 CAPÍTULO III- RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES

Este Capítulo materializa o Direito dos Consumidores estabelecido no Artigo 81º da CRCV e que dispõe o seguinte: "Os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à adequada informação, à protecção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação dos danos sofridos pela violação de tais direitos; Os poderes públicos fomentam e apoiam as associações de consumidores, devendo a lei proteger os consumidores e garantir a defesa dos seus interesses."

Assim na revisão deste Capítulo concluiu-se pela necessidade de reforçar a relação com os consumidores com várias disposições relevantes para a materialização do princípio constitucional e constantes de legislação dispersa, principalmente as contidas na Lei sobre a prestação de serviços públicos essenciais²⁹.

Foi suprimido o Artigo 109º do Ante-projecto uma vez que a definição de consumidor consta do Artigo 3º. Nos direitos dos consumidores sumarizados no Artigo 110º passou a fazer-se referência ao regime geral.

Dada a necessidade de o Código concentrar a legislação substantiva dispersa e atual relacionada com o seu objecto, foram transpostos para o seu seio matérias relevantes de protecção do consumidor constantes da Lei sobre a prestação de serviços essenciais resultando na introdução dos 8 novos artigos relacionados, respectivamente, com: o direito das organizações representativas dos consumidores de ser consultadas quanto aos atos de definição do enquadramento jurídico dos serviços públicos de água e saneamento; o dever do prestador dos serviços de abastecimento e saneamento proceder de boa-fé e em conformidade com os ditames que decorram da natureza pública do serviço publico; o dever das entidades reguladas de informar o consumidor das condições em que o serviço é prestado e prestar-lhe todos os esclarecimentos que se justificam, de acordo com as circunstâncias e os princípios que regem a prestação dos mesmo; o direito à quitação do consumidor, não podendo ser-lhe recusado o pagamento dos serviços de abastecimento e saneamento, ainda quando faturado juntamente com outro; a proibição da imposição e a cobrança de consumos mínimos; a proibição de faturação por estimativa, salvo nos casos previstos na lei; a prescrição do direito de exigir o pagamento dos serviços no prazo de cinco anos a contar da sua prestação; e a proibição da exigência de caução aos consumidores para garantir o cumprimento de obrigações decorrentes do fornecimento dos serviços de água e saneamento, salvo os casos previstos na lei.

No artigo Artigo 112º foi eliminada a figura do "consumidor cativo" que como acima foi referido parece não fazer sentido à luz do direito à liberdade de escolha do consumidor. Acresce que os consultores não encontraram no direito comparado a que tiveram acesso essa figura.

²⁹ Aprovada pela Lei 88/VI/2006 de 9 de Janeiro com as alterações provocadas pela Lei 21/VIII/2012 de 19 de Dezembro.

Foi igualmente introduzido um n.º 2 no Artigo 114º que prevê que as entidades reguladas devem dispor de meios simples e eficientes de reclamação da qualidade dos serviços prestados, bem como de um sistema eficaz de processamento e tratamento das mesmas.

Foi suprimido o Artigo 117º do Ante-projecto sobre o uso indevido de equipamentos e instalações que por razões de sistemática passou a integrar a alínea d) do artigo 111º.

Foi alterado o Artigo 119º com vista a harmonizar o prazo de suspensão do serviço com a recente legislação que veio reduzir esse prazo de 60 para 30 dias.

10 TÍTULO X - FISCALIZAÇÃO, CONTRA-ORDENAÇÕES HÍDRICAS E SANÇÕES

Na revisão do presente Título atendeu-se ao regime jurídico geral das contra-ordenações em vigor em Cabo Verde³⁰, aos regimes nacionais mais recentes em outros domínios específicos, designadamente o regime das contra-ordenações aplicáveis aos comportamentos e factos que violam o disposto no Estatuto das Estradas Nacionais³¹ e o regime das contra-ordenações estatísticas³².

Tentou-se obter junto do INGRH³³ informação quanto à eficácia do regime contra-ordenacional vigente (ao abrigo da Secção III do Capítulo V do Código da Água em vigor), designadamente o número de processos, a sua duração média, a decisão e sanção aplicada. Procurou-se igualmente avaliar o carácter dissuasor do valor das coimas proposto em 2004 em face do eventual proveito económico resultante da prática da infracção. Não tendo sido possível obter informação concreta optou-se por manter o valor das coimas proposto em 2004 o que deverá ser discutido durante o workshop.

10.1 CAPÍTULO I - FISCALIZAÇÃO

De acordo com as melhores práticas internacionais, e designadamente com a Lei da Água de Portugal, foi incluído um novo Capítulo referente ao regime de fiscalização e inspeção (conceitos distintos e definidos no Artigo 3º) designadamente: os princípios que devem nortear a intervenção da administração pública neste domínio e sua obrigação de elaboração de planos de inspecção e fiscalização; o seu direito de acesso a instalações, documentação e informação e o dever de informação, em caso de perigo, por parte das pessoas e entidades sujeitas a fiscalização.

10.2 CAPÍTULO II - CONTRA-ORDENAÇÕES HÍDRICAS

³⁰ Aprovado pelo Decreto-Legislativo 9/95 de 27 de Outubro.

³¹ Aprovado pelo Decreto-Lei 12/2013, de 1 de Abril.

³² Aprovado pelo Decreto Regulamentar 11/2012, de 6 de Junho.

³³ E-mail de 2 de Outubro de 2013.

Este capítulo foi revisto com a inclusão de novas contra-ordenações hídras no elenco original em face das novas obrigações constantes do Código de Água e Saneamento. Foram introduzidas as seguintes contra-ordenações nas tipologias pré-definidas no Ante-projecto:

- Contra-ordenações relativas ao uso de recursos hídricos:
 - falta de comunicação prévia no uso privativo de recursos hídricos (n.º 1);
 - violação das regras relativas ao registo de recursos hídricos (n.º 5).
 - XXX
- Contra-ordenações relativas à qualidade dos recursos hídricos:
 - violação das obrigações de comunicação ao público (n.º 7);
 - violação das normas de protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola (n.º 16);
 - violação do regime de utilização, em solos agrícolas, de lamas de depuração (n.º 18).

Durante o workshop serão validadas as contra-ordenações hídras propostas que poderão vir a ser completadas com a inclusão de outras.

10.3 CAPÍTULO III - PROCESSO E REGIME SANCIONATÓRIO

Este novo Capítulo procede a uma melhor ordenação sistemática das disposições referentes ao regime sancionatório clarificando-se que o mesmo engloba coimas e sanções acessórias.

Foi introduzido um novo artigo os critérios para a determinação da medida da coima e das sanções acessórias, sem prejuízo do disposto no regime jurídico geral das contra-ordenações.

Considerando o efeito particularmente dissuasor resultante da aplicação de sanções acessórias o elenco destas foi revisto e completado no Artigo 297º do Ante-projecto à luz das melhores práticas internacionais. O enquadramento nacional das novas sanções acessórias propostas (alíneas b), e) h), i) e k)) será objecto de discussão no workshop.

Entendeu-se igualmente necessário definir regras mais exigentes para os casos de reincidência em que o regime-geral é omissivo. De acordo com o regime das contra-ordenações ambientais de Portugal³⁴ propõe-se que o infractor que, com dolo, cometer nova infracção antes do prazo de prescrição da anterior contra-ordenação hídrica seja punida com uma coima 1/3 superior ao respectivo valor mínimo e máximo aplicável.

Finalmente foram incluídas regras relativas ao processo de contra-ordenação complementares das estabelecidas no regime geral no que respeita a:

- Competências para instrução do processo;

³⁴ Aprovado pela Lei 50/2006 de 29 de Agosto na redacção dada pela Lei 89/2009 de 31 de Agosto rectificada pela Declaração de retificação n.º 70/2009 de 1 de Outubro.



- Decisão - à semelhança do que dispõe o Decreto Regulamentar 11/2012 de 6 de Junho, e sem prejuízo do que disposto no regime geral, O processo de contra-ordenação deve ser complementado com disposições sobre a decisão;
- Admissibilidade da impugnação judicial da decisão em processo contra-ordenacional.

Eis as principais notas justificativas da revisão normativa ora levada a cabo que se submete para discussão no workshop.



Anexo I – Esquema geral do quadro político, institucional e jurídico

WASH COMPREHENSIVE LEGAL AND INSTITUTIONAL REFRADTING OF LEGISLATION ESQUEMA GERAL DO QUADRO POLÍTICO, JURÍDICO E INSTITUCIONAL DO SECTOR DA ÁGUA E SANEAMENTO

Nível	Planos, políticas e programas		Estatutos e Leis orgânicas		Legislação de base em vigor		Legislação regulamentar	
Macro Referência nacional	Programa do Governo DECRP II DECRP III (2011-2016)		Lei orgânica do Governo DL 25/2011, 13/06, na redacção do DL 31/2011, 12/09 Estatuto dos municípios (Declaração Final da I Cimeira da VIII Legislatura entre o 1º Ministro e os Presidentes das Câmaras Municipais de Cabo Verde)		Constituição da República			
Âmbito e estado	Em vigor	Em projecto	Em vigor	Em projecto	Em vigor	Em projecto	Em vigor	Em projecto
Água e Saneamento	A Carta de Políticas para uma nova direcção institucional para a água e o saneamento (2011)	Estabelece os princípios orientadores para a reforma legal e institucional do sector da água e saneamento	Regulamento Orgânico do INGRH Portaria 20/2003, 08/09 Novos Estatutos do INGRH Decreto-Regulamentar 1/2002, 03/06 Regimento do CNAG Deliberação 1/2002, 22/04	Ante-projecto – Estatutos da ANAS	Código da Água (CA) Lei 41/II/84, 18/06 na redacção do DL 5/99, 12/12 Estabelece as bases gerais do regime jurídico de propriedade, protecção, conservação, desenvolvimento, administração e uso dos RH de CV.	Ante-projecto de Código da Água e Saneamento (CAS) (2004) Visa resolver o problema de grande dispersão dos diplomas avulso sobre RH, sem articulação entre si, de épocas, contexto políticos e filosofias distintas, sobrepondo-se e contradizendo-se entre si, misturando normas processuais com normas substantivas, de questionável	Normas de Protecção dos RH - Decreto 82/87, 01/08 Estabelece as normas jurídicas relativas à protecção dos RH, através do seu uso racional; ao abastecimento e gestão de água potável e ao saneamento geral; e às actividades produtivas, conexas com o consumo e distribuição de águas.	Ante-projecto de CAS (2004) que em diversas disposições regula matérias anteriormente tratadas no Decreto 82/87 propondo assim a sua revogação.
	PAGIRE (2010-2020) Resolução 66/2010, 24/11	Elaborado pelo INGRH visa a protecção e distribuição dos RH; apresenta, designadamente, um diagnóstico					Regulamento do Registo de Águas Decreto 84/87, 01/08 Visa essencialmente dar publicidade aos direitos de uso dos recursos hídricos e outros factos	Ante-projecto de Decreto Regulamentar que regula o Registo de Direitos e Recursos Hídricos (2004) e revoga o Decreto 84/87
		da situação dos RH e respectivo quadro de gestão e identifica as causas de degradação			legalidade promover uma gestão efetivamente integrada dos RH.		que com eles directamente se relacionam	
	PNSB (2010-2013) Resolução 52/2010, 04/10	Elaborado pela DGA propõe acções prioritárias com vista a promover o abastecimento de água, a recolha e tratamento de águas residuais e gestão de águas pluviais e RS.					Regulamento de Execução e Gestão de Obras Hidráulicas Decreto 165/87, 31/12 Regulamenta os estudos, projectos e construção, assim como a exploração, conservação, modificação e inutilização das obras hidráulicas.	Título VII (Das obras hidráulicas) Ante-projecto de CAS (2004) Ante-projecto de Regulamento do procedimento administrativo de autorização para a execução, modificação ou inutilização de obras hidráulicas e de fiscalização dos respectivos trabalhos (2004)
	PEAS 2004 Estudo sobre as leis e regulamentos do sector da água e saneamento e sobre o estatuto de	Visa fazer um inventário da legislação do sector existente; propor a harmonização das ambiguidades existentes; proceder à sua					Regulamento dos Direitos de Uso dos Recursos Hídricos (1987) Decreto 166/87, 31/12 Regulamenta a aquisição, exercício e extinção dos direitos de uso dos recursos hídricos.	Título III (Do Uso dos RH) Ante-projecto de CAS (2004)



	<p>peçoal do INGRH.</p> <p><i>PENAS (2013 – 2030)</i></p> <p>Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento incluindo Avaliação Ambiental Estratégica</p>	<p>compilação; analisar e eventualmente rever o estatuto do INGRH e; elaborar uma nova metodologia de avaliação de desempenho do pessoal do INGRH</p> <p><i>Visa apoiar a reforma do sector da água e saneamento, em conformidade com os objetivos do MCA-II e com as orientações políticas do Governo de Cabo Verde</i></p>		<p>Normas dos cânones, taxas, tarifas e emolumentos- Decreto 167/87, 31/12</p> <p>Fixa as normas para determinar o pagamento e cobrança de cânones, taxas, tarifas e emolumentos relacionados diretamente com a utilização do RH, assim como o regime de incentivos e sanções pecuniárias.</p> <p>Normas dos Serviços Públicos de Distribuição de Água Potável e Esgotos Decreto 168/87, 31/12</p> <p>Define as normas pelas quais se regem os serviços públicos de Distribuição de Água Potável e Esgotos cabendo ao CNAG emitir normas técnicas e administrativas complementares</p> <p>Normas de Descarga de Águas Residuais DL 7/2007, 23/02</p> <p>Estabelece as normas de descarga das águas residuais provenientes de habitações isoladas, de aglomerados populacionais e de todos os sectores de</p>	<p><i>Título VIII (Regime económico financeiro dos RH) Ante-projecto de CAS (2004)</i></p> <p><i>Ante-projecto de DL que Estabelece as normas técnicas, regulamentares e outras dos sistemas públicos e prediais de abastecimento e de saneamento (2004) e revoga o DL 168/87</i></p>
	<p>Visão Nacional para a água (2010)</p>	<p>Estabelecer uma gestão dos RH eficiente e efectiva para 2025, com uma adequação perfeita dos recursos e das necessidades sem por em risco</p>			
		<p>o equilíbrio dos ecossistemas sustentável.</p>		<p>actividade humana.</p>	
				<p>Normas de Qualidade da Água DL 8/2004, 23/02</p> <p>Estabelece os critérios e normas de qualidade da água e sua classificação, bem como os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda.</p>	
	<p>Política Nacional de Saneamento Resolução 29/2003, 29/12</p>	<p>Define os princípios orientadores para a sustentabilidade, desenvolvimento integrado e acesso ao abastecimento de água e saneamento</p>	<p>Regime Jurídico de Licenças ou Concessões de Utilização dos Recursos Naturais DL 75/99, 30/12 na redacção dada DL 5/2013, 29/01</p> <p>Estabelece os princípios e os objectivos a que serviços dos sectores de Água e Saneamento Básico devem obedecer</p>		
<p>Transversal</p>	<p>PANA II (2004-2014) Resolução 15/2005, 25/04</p>	<p>Instrumento que nos próximos 10 anos servirá de base de trabalho, permitindo aos diversos sectores, directa ou indirectamente relacionados com as questões ambientais</p>	<p>Orgânica Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas DL 56/2005, 22/08 (revogado DL 10/2013, 26/02)</p> <p>Projeto de orgânica do MAHOT e da DGA</p>	<p>Lei de Bases da Política do Ambiente (LBPA) Lei 86/IV/93, 26/07</p> <ul style="list-style-type: none">- Estabelece princípios de protecção da água (Art. 10 n.º 3):- Define que a unidade básica de gestão dos recursos hídricos é a bacia hidrográfica (Art. 12º);- Define o lançamento de substâncias na água como um factor de	<p>Regulamentação da LBPA Decreto Legislativo 14/97, 01/07, na redacção conferida pelo regime jurídico da AIA (DL 29/2006, 06/03)</p>



		desenvolver-se de forma harmoniosa, garantindo um ambiente sadio.		poluição (Art. 21º); - Estabelece a proibição de poluição (Art. 26º).	
	PESER Resolução 7/2012, 03/02	Analisa o potencial energético dos RH concluindo ser diminuta a capacidade de gerar o escoamento necessário à exploração de um aproveitamento hidroeléctrico; estabelece as ZDER	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC) DL 57/2009, 14/12	Projecto de Orgânica do Ministério do Turismo, Indústria e Energia (MTIE)	
	PNUDCC Resolução 24/2012, 26/04	Tem como objectivo específico contribuir para melhorar a cobertura do sistema de abastecimento e de saneamento e garantir maior sustentabilidade ambiental nos centros urbanos.	Orgânica do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima DL 16/2013, 09/05	Regime de Prestação de Serviços Públicos Essenciais Lei 88/VI/2006, 09/01 alterada pela Lei 21/VIII/2012, 19/01 Estabelece regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais em ordem à protecção do utente, designadamente o serviço de fornecimento de água.	
	Política de Ordenamento do Território (aprovada pela LBOTPU)	Define a Política Nacional de Ordenamento do Território visando, designadamente, corrigir as assimetrias regionais, assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, e garantir a disponibilização de terrenos para as actividades económicas, espaços públicos e edificação.	Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (LBOTPU) Decreto-Legislativo 1/2006, 13/02, alterado pelo Dec. Legislativo 6/2010, 21/06 Directiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) Lei 28/VIII/2013, 10/04 Instrumento de gestão territorial, que estabelece o quadro espacial das actuações com impacto na organização do território e define as grandes opções para a organização do território nacional. Regime Jurídico da Edificação DL 18/2011, 28/02 Define os requisitos de: - abastecimento e distribuição de água nas instalações (Sec II, Art. 67 e segts) - drenagem das águas residuais (Sec III, Art. 71 e segts) - recolha de resíduos sólidos (Sec IV, Art. 73) Código Técnico da	KNOTPU DL 43/2010, 27/09 Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, procedendo, designadamente, à tipificação dos instrumentos de gestão territorial e à determinação das medidas cautelares, ao estabelecimento de normas de execução do planeamento urbanístico e à fixação do regime de contra-ordenações e sancionatório decorrente da violação dos instrumentos de gestão territorial.	
				Edificação Portaria conjunta 4/2012 ¹ , 12/01 Estabelece regras sobre: distribuição e drenagem de água (Art. 72); abastecimento e distribuição (Art. 138 e segts); drenagem de águas residuais (Art. 142 e segts) Regime Geral de Acesso às Actividades Económicas Lei 49/VII/2009, 30/12 Permite, ao abrigo de contratos de concessão, nos projectos de investimentos respeitantes aos serviços de distribuição de água para uso público, de transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público e de saneamento, incluindo a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, investimento de natureza privada ou o estabelecimento de parcerias público privadas.	
	Programa Mudar para Competir Resolução 25/2012, 11/05	Visa, globalmente, o reforço da cidadania, modernização, a transparência e a competitividade dos serviços públicos e sistematiza um quadro lógico de mais de cem medidas de reforma, urgentes e operacionais, organizados nos seguintes eixos de intervenção e objectivos específicos			

1 Número original era 4/2011 rectificado em 23 de janeiro de 2012.



	<p>Estatutos da ARE DL 27/2003, 25/08 alterado pelo DL 32/2006, 19/06</p>	<p>Projecto de novos Estatutos para adaptação ao novo regime jurídico do sector</p>	<p>Regime Jurídico das Agências Reguladoras Independentes Lei 14/VIII/2012, 11/07 Define o regime das autoridades administrativas independentes dotadas de funções reguladoras, incluindo regulamentação, supervisão e sancionamento das infracções</p>	
	<p>Política Industrial Decreto-Legislativo 13/2010, 08/11, na redacção conferida pela Lei 26/VIII/2013, 21/01</p>	<p>Conselho Nacional do Consumidor (CNC) Decreto-Regulamentar 20/2012, 31/08</p>	<p>Regime Jurídico de Protecção e Defesa dos Consumidores Lei 88/V/98, 31/12 Estabelece normas importantes de defesa e defesa do consumidor em matéria da água e saneamento enquanto serviços essenciais</p>	
	<p>Programa Nacional de Investimento Agrícola (2025) e Plano de acção 2005-2008 Resolução 16/2005, 09/05</p>	<p>Orgânica do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) DL 10/2013, 26/02</p>	<p>Bases do Regime de concessão (2005) DL 34/2005, 30/05 Estabelece as bases gerais do regime de concessão da exploração dos institutos públicos, empresas públicas, meios de produção e outros meios públicos; fixa os direitos dos concessionários (Art. 8) e do concedente (Art. 9)</p>	

Anexo II - Lista de *Stakeholders* consultados

**WASH COMPREHENSIVE LEGAL AND INSTITUTIONAL REFRADTING OF
LEGISLATION
LISTA DE STAKEHOLDERS CONSULTADOS – FASE II**

DATA	PRESENCIAL TELEFONE	ENTIDADE/PESSOA	PESSOA/CONTACTOS
25/04		INGRH	Maria de Lourdes Lima – Presidente Interina + 238 661600/ 2619667 Lourdes@INGRH.gov.cv
		ELECTRA	Alexandre Santos Fontes - Presidente do Conselho de Administração 9961362 a.fontes@electra.cv
06/05	Presencial	ARE	João Renato Lima – Presidente Conselho de Administração + 238 2600424 are.jrlima@cvtelcom.cv Karine Monteiro - Jurista
		CRSAS	António Pedro Borges – Coordenador + 238 2609950 antonio.borges@mahot.gov.cv Jean Louis Lambeau - Conselheiro Técnico Principal do Projeto CVE/078 - Apoio ao PAGIRE Jeanlouis.lambeau@luxdev.lu
24/04 e 02/05	Por e-mail	DGE	António Baptista – DG + 238 9828909 Antonio.Baptista@mtie.gov.cv
		OMCV	Idalina Gonçalves – Presidente UMCV + 238 9927369 Idalina.freire@omcv.org.cv idalinafreire@gmail.com
		UCRE	Carlos Santos- Secretário Executivo + 238 2610437 carlos.m.santos@palgov.gov.cv
		Plataforma das ONGs	Mário Moniz – Secretário Executivo + 238 9916910 moniz.mario@platongs.org.cv
		ICIEG	Talina Pereira Presidente + 238 9955772
		DGASP (MRD)	Maria da Cruz – Directora de Serviço Engenharia Rural e Silvicultura Maria.da.cruz@mdr.gov.cv Luisa Morais – Assessora da Ministra + 238 9937726 luisa.morais@mdr.gov.cv
		DP (MFP)	Carlos Furtado - DG + 238 2607630 carlos.c.furtado@minfin.gov.cv
		MCA	Pericles Africano Lima Barros Pericles.Barros@mca.cv



			Paulo Lima Paulo.S.Lima@mca.cv Claudio Lopes Dos Santos claudio.l.santos@mca.cv
		ADECO (São Vicente)	António Pedro Silva – Presidente da Direcção + 238 2327033/2324148 adeco@cvtelecom.cv ; adeco_defesaconsumidor@hotmail.com ;
		DGA	Moisés Borges moises.borges@mahot.gov.cv
17/04	Por telefone	Ministério da Saúde	Dr. Sergio Duarte - Assessor + 238 2610109

